



GREVE

Mais de 2 milhões e meio pararam

Rio Grande do Sul



Goiás



Rio de Janeiro



Apesar de toda a repressão, da traição de muitos, da ampla corrente de desinformação nos meios de comunicação que inundou o país, a greve geral foi vitoriosa: em São Paulo, cerca de dois milhões paralisaram; no Rio Grande do Sul, perto de quinhentos mil. Paralisações também em outros estados e manifestações em todo o país. Aqui, a cobertura e a avaliação da greve que mudou a face do país (págs. 2 a 11).



Nicaragua

Navios americanos já se dirigem para realizar um bloqueio naval da Nicarágua às vésperas do quarto aniversário da revolução, enquanto aumentam os indícios sobre a iminente regionalização da guerra na América Central e a intervenção americana. (págs. 14 e 15)

Diretório Nacional do PT
Alguns avanços e um impasse político

Um relato e avaliação da reunião que discutiu a conjuntura nacional, reformulou a executiva nacional e deliberou sobre temas importantes da vida interna do partido.

Editorial

Passar à ofensiva

O ensaio de greve geral nacional do dia 21 abriu um novo período na luta de classes no Brasil pós-64. O movimento operário vivia, desde 1980, um quadro de impasse, condenado a lutas parciais e sem perspectivas de conquistas diante da inflação e do desemprego. Este impasse foi rompido. Agora é possível sair do círculo vicioso da política burguesa, romper com a conciliação das oposições liberais conservadoras, deter a ofensiva de arrocho da ditadura.

Os trabalhadores deram um grande passo à frente. Mas o período é contraditório, e estamos diante de dois caminhos possíveis. O primeiro, o da continuidade do ascenso, do ímpeto de luta, do crescimento da organização operária e popular, da contestação crescente ao regime militar e à sua estratégia de auto-reforma controlada, opondo a tudo isto uma alternativa dos trabalhadores. Mas pode ocorrer, ao contrário, a canalização da força dos movimentos dos trabalhadores por correntes reformistas e burguesas, que buscam um "pacto social" que permita a recuperação da dominação burguesa em crise. Os patrões não são bobos. Reprimem duramente os setores combativos, e tentam maquilar o Joaquim, transformando-o em um líder operário que possa assinar o pacto em nome dos trabalhadores.

Para qual dos dois lados irá a história? Não há nada que determine o resultado de antemão. A história se faz com política, e política se faz com programa, organização e tática precisas.

É urgente lembrar isto. Apesar da combatividade renovada das massas, os reformistas, burgueses e pelegos levam uma vantagem: têm hoje uma política bem mais clara, e fortes meios para implementá-la. Querem um "pacto social" que seja uma rendição pura dos trabalhadores diante do arrocho, para que a auto-reforma do regime possa se fazer tranquilamente (objetivo que hoje une a ditadura, os liberais e os reformistas, apesar de permanecerem diferenças entre eles). Controlam todos os meios de comunicação, de modo que o antigo policial e interventor Joaquim até parece "radicalizado".

Os setores combativos dos quais o PT é o eixo, não têm uma alternativa clara, como ficou evidenciado na reunião do Diretório Nacional do PT. Até agora, o que temos são alguns pontos de partida, fundamentais mas escassos, como a necessidade de manter a independência política dos trabalhadores, de recusar a conciliação.

Mais que isto, temos de dizer: o movimento operário tem de se lançar na preparação de uma nova greve geral mais profunda, nacional e ativa e tem de mudar o curso da campanha pelas eleições diretas para presidente, transformando-a em uma campanha pelo fim do regime militar e de todas as suas leis de exceção, e por uma Assembléia Nacional Constituinte livre, soberana e democrática. Não podemos deixar de lado a ditadura, ou colocá-la num segundo plano, pois a cada momento ela atravessa o nosso caminho. Sem liberdade a vida não vai mudar!

Com uma política clara, o PT e os setores combativos poderão se dirigir às camadas populares e correntes operárias que ainda apoiam o PMDB e o PDT, e chamá-las para um bloco em defesa dos interesses dos trabalhadores. Hoje, mais que nunca, podemos dizer que quem se identifica com os interesses dos trabalhadores tem de romper com os partidos dos "cassetes democráticos".

Governo cede tudo ao FMI

Desde o fim de 1982, o país está sendo globalmente dirigido pelo imperialismo, através do FMI. Mas agora estamos diante de um novo "entreguismo": o que se entrega aos banqueiros é diretamente o sangue dos brasileiros.



O Conselho de Segurança Nacional reunido para garantir as ordens do FMI.

O Relatório Reservado nº 868, de 18 a 24 de julho de 1983, merece ser lido e meditado. Falando das condições em que foi decretado o último pacote, diz que "ministros militares queriam medidas mais duras". Estas medidas mais duras, verdadeiro circo de horrores, (se ainda é possível horror maior do que o pacote que saiu), seriam:

- estado de emergência em todo o país (o que permitiria a censura à imprensa);
- fim do reajuste semestral de salários;
- racionamento do combustível;
- proibição da utilização do FGTS para o pagamento das prestações de casa própria;
- cortes drásticos nas estatais, incluindo demissão de pessoal.

Segundo o Relatório Reservado, "este pacote chegou a obter o consenso dos ministros militares, impressionados com o quadro pintado pelo ministro Delfim Netto, após sua viagem a Londres, na qual se encontrou com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Donald Regan. Delfim, em reunião com os ministros militares e o presidente Figueiredo, afirmou que a credibilidade do Brasil no mercado financeiro internacional nunca estivera tão baixo, devido à impossibilidade de pagar em dia ao Banco Internacional de Compensações (BIS) e às dificuldades de chegar a um acordo com o FMI (...). Para influenciar ainda mais os ministros militares, Delfim afirmou que medidas de austeridade eram essenciais também para tornar mais fácil o apoio da administração Reagan ao Brasil. Apoio esse que era fundamental naquele momento, para, através da atuação do Banco da Reserva Federal (Fed), contornar o problema surgido com o BIS, do qual o Fed é o membro mais destacado. Em realidade, segundo fontes ouvidas pelo Relatório Reservado, Delfim jogou com muita habilidade. Ele perguntou a Regan, em Londres, se o governo americano veria com bons olhos medidas de austeridade na condução da

política econômica brasileira, em especial com relação aos salários. Regan, expoente de uma administração conservadora, naturalmente disse que sim".

Pode haver alguma imprecisão no quadro pintado pelo "Relatório Reservado". Mas as linhas gerais estão bastante claras.

A classe dominante brasileira, através do seu governo, a ditadura militar, optou por fazer qualquer coisa para agradar à "comunidade financeira internacional", isto é, os muito ávidos imperialistas: FMI, governo americano etc. Desde o fim de 82, o país está sendo globalmente dirigido pelo imperialismo, através do FMI; mas ainda havia a preocupação de preservar alguma margem de "política nacional", para evitar explosões sociais. Agora, a linha é simplesmente: todo o possível para agradar aos patrões internacionais.

Antigamente, usava-se o termo "entreguismo" para caracterizar as políticas dos governos subordinados ao imperialismo, que entregavam as riquezas nacionais. Agora, estamos diante de um novo "entreguismo", muito mais grave do que o anterior: o que se entrega aos banqueiros é diretamente o sangue dos brasileiros.

Segundo o "Relatório Reservado", poderia ter vindo um pacote ainda pior. É possível. Continua a estar na agenda dos

carrascos do povo o fim do reajuste semestral, maiores cortes nas estatais, demissões em massa, etc.

Enfrentando esta gente, o povo brasileiro só tem o caminho da luta sem qualquer vacilação. Não é possível negociar com os que não vacilam em submeter o povo à fome do arrocho salarial e do desemprego crescentes para agradar ao famigerado Reagan e ao FMI. Não é possível discutir com quem já perdeu toda a humanidade.

O desenvolvimento da crise da economia capitalista, que se abate com muito mais força sobre os países dependentes, coloca diante de todos dois caminhos: o da recuperação do capitalismo, ou o da luta contra ele. A recuperação do capitalismo significa políticas à FMI, mais duras para os países dependentes. Para viver, o capital quer que as massas morram. Só resta, portanto, a luta contra toda a política econômica da burguesia, contra o capital.

Os liberais burgueses e as correntes reformistas do movimento operário que defendem "pactos sociais", "entendimento nacional" e outras coisas do gênero, mostram duas coisas. Primeiro, a sua total covardia diante da ditadura militar e das ordens dos imperialistas. Segundo, que estão dispostos a exigir das massas mais "sacrifícios", isto é, a colaborar para a aplicação sem revoltas de mais e mais arrocho.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloisio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luiz Nadai, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virgínia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo. CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC. 46.093.549/0001-10.

Sucursal: Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - Sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427.

Decreto 2045

O pacotão atômico

A economia de guerra decretada pelo Conselho de Segurança Nacional pretende matar dois coelhos de uma só pancada: por um lado, recolhe ao bolso dos patrões e do governo uma soma enorme de recursos, que os ministros alegam serem necessários para relançar os investimentos e recuperar a economia, debaixo de uma sólida intervenção estatal; de outro, ampliando as diferenças salariais e a desigualdade de renda, procura aprofundar, e não reformular, o modelo de desenvolvimento econômico genocida que foi implantado para fabricar milagres econômicos.

Por Regis Moraes

Contando apenas as empresas privadas a que o Ministério do Trabalho tem rápido acesso, através da Relação Anual de Informações Salariais (RAIS, 1981), seriam 135 bilhões que deixam de ser pagos em salários e pelo menos mais uns 60 bilhões que deixam de ser recolhidos como encargos sociais, isto é, salários indiretos. Apenas para comparar: essa quantia representaria auxílio-desemprego de um ano para 250 mil pessoas a Cr\$ 70 mil por mês!

Mas não é apenas isso o que o pacotão pretende: afinal seriam 190 bilhões retirados do mercado de consumo interno, num único ano, o que causaria problemas a várias empresas. Mas, por outro lado, como ficou fartamente comentado pela imprensa e pelos próprios dados do Ministério do Trabalho, o decreto-despedida de Figueiredo aprofunda a distância entre as faixas menores e maiores dos salários. Em 1985, data prevista para o fim do atual decreto, os operários da faixa de 1 a 3 salários mínimos (SM) passarão de 56% para 67% do total da força de trabalho; a faixa dos 7 a 10 salários-mínimos será terrivelmente esvaziada; e a faixa acima dos 20 salários-mínimos, que hoje abocanha perto de 12,5% da folha de pagamentos do país, abonchará perto de 21,8%. Vejamos um pequeno exemplo: um operário de salário-mínimo (Cr\$ 34776,00) terá em agosto um reajuste para Cr\$ 50.244,36 e não Cr\$ 54.111,46, isto é, perderá perto de Cr\$ 3.876,10 por

mês, o equivalente a 27 litros de leite a menos. Um executivo que recebe 30 salários-mínimos passará para Cr\$ 1.507.330,90, e não para Cr\$ 1.350.713,70 como na fórmula anterior, isto é, ganhará mensalmente Cr\$ 156.617,20 a mais, o equivalente a oito garrafas de uisques escocês de Cr\$ 20.000,00

Um assassinato em massa

Isso tudo quer dizer, em poucas palavras, que a demanda se modificará e a produção também. O mercado interno de bens de consumo sofisticado será menos afetado e o de bens populares será atingido por verdadeiras bombas, obrigado a regredir ou se adaptar à exportação. Evidentemente, isso significará também um gigantesco processo de concentração e centralização do capital, além de uma massacrante diminuição da qualidade de vida de milhões de trabalhadores, que entram na conta das empresas como custo e não como demanda, poder de compra.

O resultado social dessa tragédia será, nada mais nada menos, que um país submetido a verdadeiro colonialismo interno, uma segregação social comparável aos regimes nazi-fascistas, onde 47 milhões de trabalhadores serão esfolados para fazer sobreviver a "economia nacional" e as vantagens de 800 mil privilegiados de altas rendas.

Quando lembramos das declarações de militares de que metade dos recrutados pelo exército se apresentavam fisicamen-



te incapazes, devido à subnutrição; quando lembramos ainda como os porta-vozes do imperialismo falam em controle do crescimento demográfico, só nos pode vir à cabeça a imagem de um cálculo sombrio: o regime definiu mais ou menos a quantidade de "gado humano" que precisava, e condenou o restante à morte lenta, à marginalização e aos assaltos aos supermercados. A Alemanha nazista, de modo semelhante, condenou grande parte de sua população à morte imediata ou à macabras experiências de sobrevivência em situações excepcionais. A inovação brasileira é que os campos de concentração não tem muros: são os bairros populares das periferias.

Militarização ou rendição

O regime optou claramente por esta tática genocida. A sentença de morte, porém, pode ser executada de duas maneiras. A primeira é a militarização de toda a vida nacional — como faz entender a encenação do decreto, anunciado pelo Conselho de Segurança Nacional, fiador do decreto de Delfin. Outra maneira é a aceitação da morte por parte do rebanho "patriótico" e resignado. Essa aceitação é o que se vem chamando, com bandas e fanfarras, de "novo pacto social".

Perda de um salário atual de Cr\$ 100 mil supondo o INPC declinante

Data	INPC	80% do INPC expurgado	Salário	Cr\$ necessários para comprar o mesmo que em 1/8/83	Perda do poder aquisitivo em relação ao INPC
1 8 83	-	-	100.000	100.000	-
1 2 84	60%	45,6%	145.600	160.000	10%
1 8 84	50%	38,0%	200.900	240.000	20%
1 2 85	40%	30,4%	262.000	336.000	28%
1 8 85	30%	22,8%	321.700	436.800	36%

A escala móvel dos salários

O poder de compra dos salários depende do índice do reajuste e depende, também, da frequência dos reajustes. Como o custo de vida sobe diariamente e os salários são reajustados semestralmente, as perdas são acumuladas. Vamos ver alguns exemplos:

1.º) Num reajuste semestral pelo INPC de 55%, somando-se as perdas mensais, ao final de um ano, na verdade seria o equivalente ao trabalhador ter recebido, num ano, apenas 9,2 salários, e não 12.

2.º) Com a nova legislação pacotista, sem considerar os expurgos, esse total passará para 8,9 salários anuais, em vez de 12 salários reais.

3.º) No segundo ano do decreto, o total será reduzido ainda mais: 7,6 salários reais por ano. Se a inflação cair para 100% ao ano, passará a 8,2 salários.

O que mostra a absoluta necessidade de reivindicar não apenas índices diferentes, mas reajustes em escala móvel, conforme a inflação.

(RM)

EM TEMPO, no seu quinto aniversário, promove:

Promoção n.º 1: Fazendo sua assinatura anual do EM TEMPO, você ganha o caderno **Malvinas, contradições do capitalismo e revolução social** de Marcelo Zugadi.

Promoção n.º 2: Fazendo sua assinatura anual do EM TEMPO conjunta com a revista **Perspectiva Internacional**, você ganha, além de uma redução do preço, o caderno **Malvinas**.

Promoção n.º 3: Adquira a coleção

completa do EM TEMPO, composta de 175 números, por apenas Cr\$ 15.000,00.

Promoção n.º 4: Assinatura vitalícia do jornal. Você paga Cr\$ 20.000,00 uma vez e recebe seu EM TEMPO em casa, para sempre.

Promoção n.º 5: Em cada quatro assinaturas do EM TEMPO ou da revista **Perspectiva Internacional** que você apresentar, você ganha a sua assinatura.

Promoção n.º 1 - _____	3.000,00
Promoção n.º 2 - _____	5.000,00
Promoção n.º 3 - _____	15.000,00
Promoção n.º 4 - _____	20.000,00

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____
Estado: _____

A Editora Aparte Ltda. Rua Francisco Leitão, 57 CEP 05414

Quem ficou contra a Greve Geral

Duas correntes do movimento operário e popular se colocaram contra a greve geral convocada para o dia 21, com pesos distintos e por razões diferentes. O PCB, que evitou a greve geral convocada para o dia 21, com pesos distintos e por razões diferentes. O PCB, que evitou a greve em muitos lugares, porque conscientemente busca a acomodação com a ditadura militar; e o "O Trabalho", que atrapalhou pouco por ter um peso reduzido, contra a greve do dia 21 por sectarismo obtuso.



Hércules Correa: tudo contra a greve

O PCB já tinha tomado posição contra a greve geral, considerada "inadequada" para um momento de crise. Participou da manobra de marcar uma greve para o dia 21, para esvaziar o movimento que crescia a partir de Paulínia. Quando os setores combativos resolveram aceitar esta data e se jogaram na preparação da greve geral, o PCB deixou ambíguo se seria uma greve mesmo ou um "dia de protesto", e depois se lançou contra a greve onde pôde.

Esta política custou uma divisão ao próprio PCB. Os setores ligados ao Comitê Estadual de São Paulo, que têm alguma influência entre diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, tiveram de seguir a liderança do Joaquinzão e se associaram à convocação de uma "greve geral pacífica, sem piquetes e sem manifestações". Já o Comitê Central se lançou claramente para quebrar a greve, e com sucesso junto a algumas categorias que poderiam ter tido um papel fundamental.

Na Baixada Santista, onde havia claramente um clima de greve, as direções sindicais, em particular o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Arnaldo

Gonçalves, conseguiram, com todo o seu empenho, evitar a greve. Entre os motoristas de São Paulo, a diretoria (que é tida como recebendo alguma influência do PCB), foi derrotada em Assembléia: a categoria queria a greve. Mas a greve afinal não saiu, pela forte repressão e pelo boicote da diretoria às decisões tomadas. Fora de São Paulo, a ação do PCB foi mais eficiente.

Mentira absurda

Muito interessante para caracterizar a política do PCB é uma matéria publicada na revista "Senhor", que como se sabe é ligada a círculos burgueses liberais. A matéria tem por título "PCB com medo e dividido", e começa dizendo:

"Na véspera da greve do dia 21, O Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro já se incorporava ao grupo de bombeiros preventivos que tratava de desarticular a projetada greve geral. Enquanto os ministros Murillo Macedo e Abi-Ackel multiplicavam os canais junto ao comando sindical, o CC do PCB tratava, incapaz de atuar no próprio movimento grevista, de achar espaço na imprensa. Hércules Correa informava que "o coletivo nacional era totalmente

contra a greve geral" e prometia "trabalhar full-time contra ela". Uma de suas primeiras vitórias, ainda na terça-feira, 13, foi arrancar uma nota do Comitê Municipal de São Paulo. Mesmo dividido e atropelando as vozes discordantes, o CM conseguiu algumas linhas no Estado de São Paulo onde caracterizava a inadequação do conceito de greve geral para um movimento de paralizações parciais".

O Voz da Unidade que circulou depois do dia 21 distorce conscientemente os fatos, dizendo no editorial que "exceto no ABC e na categoria dos metalúrgicos paulistas, a greve não passou de sugestão rechaçada pela massa". (21/07/83). Trata-se de uma mentira absurda, cuja única explicação é esconder o fato de que o PCB teve de se enfrentar contra o sentimento de grande parte da massa para quebrar a greve geral.

Aliás, neste aspecto, tem provavelmente razão o Comitê Estadual de São Paulo do mesmo PCB, que, segundo a revista Senhor, "lamentava a resistência da direção nacional em participar dos movimentos populares", e emendavam: "Assim o PC vai continuar enfraquecendo mais e mais".

"O trabalho" fura o dia 21

A convocação da greve geral para o último dia 21 uniu setores muito amplos do movimento sindical, dos combativos mais aguerridos aos pelegos mais notórios. Não foi fácil chegar a um resultado como este: para conseguirem impor esta luta com o caráter de frente única, os petroleiros de Paulínia e Mataripe, os trabalhadores de várias categorias do ABC (metalúrgicos, mas também vidreiros, químicos, coureiros) tiveram de realizar greves que custaram inclusive a intervenção em três sindicatos, e centenas de demissões. A convocação para o dia 21 começou como uma manobra dos pelegos; depois foi assumida pelo ABC, pelo conjunto dos sindicalistas combativos, pela pró-CUT nacional e diversas estaduais, entre elas a de São Paulo. E os pelegos, por mais que quisessem, não puderam recuar mais uma vez, depois do último pacotão.

Diante disso, para os militantes do movimento operário e popular, ficou colocada uma tarefa muito clara: jogar todas as forças para preparar a greve para o dia 21, para que se realizasse da melhor maneira possível, fazendo greve onde desse, mobilizando sempre.

Esta era uma evidência que não exigia profundos conhecimentos de marxismo ou sofisticadas análises da conjuntura: os trabalhadores iam à luta contra a política econômica do governo, contra a política de submissão ao FMI, de miséria e de fome, e era necessário reforçar ao máximo esta luta.

De fato, foi o que fizeram, em geral, os setores combativos do movimento, particularmente do PT. No entanto, para espanto geral, houve uma corrente petista que assumiu uma posição exatamente oposta: os apoiadores do jornal "O Trabalho".

A edição de "O Trabalho" n.º 207, que circulou com data de 14 a 21 de julho, não dá absolutamente nenhuma orientação para a preparação da greve do dia 21. Mais que isto: o editorial se refere a esta greve como uma manobra dos pelegos (o que era verdade, até que ela fosse assumida pelo conjunto dos setores combativos: depois daí, era uma total estupidez); e numa entrevista com uma diretoria do Sindicato dos Bancários é dito explicitamente que a posição correta era contra a greve do dia 21.

A edição n.º 208, que circulou a partir do dia

Para esta corrente, a greve do dia 21 não passou de uma manobra dos pelegos. Um disparate que lembra o período em que se acusava Lula e os sindicalistas autênticos de serem pelegos reformados, a serviço da burguesia.

21, é ainda mais curiosa (e surrealista): tem uma manchete de "greve geral", mas sem dizer que exatamente naquele dia os trabalhadores realizavam um ensaio da greve geral; menciona de última hora que dirigentes dos Sindicatos dos Bancários "que têm se destacado no combate pela greve geral" tinham sido presos no dia 20, sem dizer que preparavam exatamente a greve do dia 21. O editorial volta a caracterizar a greve do dia 21 como manobra dos pelegos, e nas páginas centrais esta idéia é repetida e mais uma vez encaminhada uma posição contra esta greve. Nestas páginas, o "EM TEMPO" é atacado precisamente por ter defendido todo o apoio à greve geral do dia 21.

Distorção total

A questão na verdade é bem simples. Diante de uma greve convocada pelo



conjunto do movimento sindical, "O Trabalho" fez campanha contra. Disse que a greve era dos pelegos, o que era uma distorção total e consciente dos fatos: em todos os momentos, teve de esconder que a greve era convocada pela pró-CUT, apoiada entusiasmadamente pelos combativos etc. "O Trabalho" fez campanha contra a principal atividade dos trabalhadores nos últimos anos. Se tivesse força para isto, teria quebrado o movimento.

Não é de estranhar que os militantes que se orientam pelo "O Trabalho" tenham estado inteiramente perdidos,

desorientados, confusos, nos dias que antecederam 21 de julho, e no próprio dia. Sentindo a pressão dos diversos companheiros de outras correntes que preparavam a greve, e de toda a situação, muitas vezes tiveram alguma participação. Diretores do Sindicato dos Bancários de São Paulo, que no dia 19 tinham, em assembléia, falado contra a greve do dia 21, no dia 20, diante da prisão de grande parte da diretoria, foram empurrados a participar do processo.

A corrente do "O Trabalho" tem, em geral, posições no campo combativo. Pelo que sabemos, foi a primeira vez que fez campanha contra uma greve que mobilizava o conjunto da classe, no Brasil. Não foi, é certo, o primeiro disparate grave: todos se lembram de que passou alguns anos (de 1978 a 1980) dizendo que Lula e os sindicalistas autênticos eram pelegos reformados a serviço da burguesia, que o PT era um sustentáculo da ditadura militar, e outras bobagens sectárias.

Desta vez, a coisa foi pior. Por outro lado, desta vez a pretensão que em geral tem "O Trabalho", de se apoiar nas posições de Trotski, é, ainda mais claramente do que em outras situações, infundada. Trotski, que não tinha papas na língua, chamaria "O Trabalho" simplesmente de fura greves (ver box).

Trotski e os fura-greves

"Nós não apoiamos todas as greves. Se se trata, por exemplo, de eliminar de uma fábrica, mediante uma greve, todos os velhos sejam chineses ou japoneses estamos contra a greve. Mas se a greve tem por objetivo melhorar em tudo que seja possível a situação dos operários, nós somos os primeiros a participar dela, qualquer que seja a direção. Na grande maioria das greves, os chefes, os líderes, são reformistas, traidores profissionais, agentes da burguesia. Eles se opõem a toda greve, porém às vezes são empurrados pelas massas pela pressão ou por toda a situação objetiva, ao caminho da

luta. Imaginemos por um momento um operário que diga: "eu não quero participar desta greve, porque os chefes são agentes do capital"; este doutrinário ultra-esquerdista deve ser chamado pelo seu próprio nome: fura-greve."

(Trotski, "O ultra-esquerdismo e a questão nacional", artigo de 1937)

Quanto à justeza dos objetivos da greve do dia 21, não há o que discutir. Por outro lado, sua direção não era reformista, mas dividida, e com predominância dos setores combativos.

O Brasil inteiro sentiu a força da greve geral

Belo Horizonte Dez mil nas ruas

Não saiu a greve. Mas a manifestação, uma das maiores dos últimos dez anos, expressou de forma cristalina a frente única anti-patronal e anti-ditatorial que começa a ser forjada.

Não houve greve em Belo Horizonte no dia 21 de julho, mas a data não passou em branco: uma das maiores manifestações dos últimos dez anos foi realizada na capital mineira. O que pode ser afirmado não apenas pela presença de massa, dez mil pessoas, mas pela composição: metalúrgicos, bancários, peões da construção civil, marceneiros, trabalhadores das estatais, estudantes, donas de casa, médicos economistas, engenheiros... uma representação cristalina da frente única anti-patronal e anti-governo que começa a ser forjada.

Se a manifestação teve todos estes méritos, a sua direção foi muito aquém do sentimento da massa ali presente. Na maioria dos discursos, pedia-se apenas a ruptura com o FMI e a queda dos três ministros da área econômica, não se referindo explicitamente à ditadura militar. Ao mesmo tempo, não houve passeata na medida que o comando sindical que convocou o ato fez um acordo com o governador Tancredo Neves de não ultrapassar os limites da praça.

Uma pequena passeata que saiu, apesar do comando, foi selvagemmente reprimida pela polícia, quebrando a perna de uma manifestante e ferindo outros. A violência da polícia não respeitou nem o local "permitido".

Reflexos na inter-sindical

Estes últimos acontecimentos modificaram completamente o panorama da inter-sindical, que vinha se pautando pela divisão e pelo imobilismo. A pressão da conjuntura forçou uma unidade prática entre a comissão Pró-CUT e o chamado "movimento sindical mineiro", um organismo composto por federações, criado há cerca de dois meses. Foi criado um comando sindical que abarcou o

conjunto das correntes do movimento sindical em Minas.

A volta dos pelegos a uma intersindical única foi marcada, no entanto, por uma direção marcada pelas vacilações inclusive dos representantes do chamado sindicalismo autêntico. Os grandes sindicatos mineiros metalúrgicos de Belo Horizonte Contagem, construção civil, comerciários, bancários estão sob a direção de pelegos de longa fama que, na prática, impediram a deflagração de uma greve geral.

Destes grandes sindicatos, apenas o dos metalúrgicos convocou uma assembleia que decidiu pelo "estado de greve". Mas no dia 20, a diretoria do sindicato distribuía em porta de fábrica um boletim convocando uma assembleia da campanha salarial para o dia 24!

Outros sindicatos como o dos metalúrgicos de Betim, marceneiros, petroleiros mobilizaram suas bases na perspectiva da greve mas ficaram isolados. Faltou uma articulação entre os sindicalistas combativos e o combate no interior da intersindical para que se tomassem posições mais avançadas. Assim, acabou se nivelando o movimento por baixo.

Outros fatos de menor importância, precisam, no entanto, ser registrados. A insegurança marcou todo o processo, chegando ao ponto de sindicalistas tidos como combativos proporem a proibição de venda de jornais da imprensa alternativa na manifestação como ocorreu com o Sindicato das Telecomunicações, com a convivência inicial do presidente do próprio sindicato dos jornalistas.

O próximo Enclat, a ser realizado nos dias 13 e 14 de agosto, provavelmente será o palco de definição de uma direção representativa e dos próximos passos da luta contra a política econômica da ditadura.

Goiânia Movimento vitorioso



Passeata em Goiânia: a greve geral nas ruas

O dia 21 de julho, em Goiás, tinha começado uma semana antes. Em primeiro lugar, pelas campanhas, comícios, cartazes espalhados falando da greve geral. Em segundo lugar, pelas lutas de camponeses e trabalhadores rurais, principalmente nas cidades de Goianésia e Mineiros, onde os camponeses ocuparam uma fazenda, realizando a "reforma agrária na prática".

Às 5 horas da manhã, da quinta-feira começaram a ser parados os serviços públicos de Goiânia. Em seguida, o Comitê de Luta contra o Desemprego da construção civil paralisou várias obras, iniciando uma passeata pelas ruas da cidade. Um último cortejo, com mais de 4 mil pessoas terminou num ato público no centro da cidade.

Segundo a avaliação do Comando de Greve (Pró-CUT e outras entidades), o movimento

foi vitorioso. Nesse dia, não se falou noutra coisa na cidade. Além disso, ficaram completamente de cara lavada os pelegos encastelados na maioria dos sindicatos urbanos, que publicaram nota contrária à greve. O governo do estado, que dias antes apoiara verbalmente a greve, no dia 21 proclamou que defenderia o "imperio da lei e da ordem". E botou a polícia na rua.

As manifestações se estenderam também ao interior, principalmente nas cidades de Itapuranga e Carmo do Rio Verde. As debilidades constatadas fizeram crescer dentro do movimento sindical a necessidade da CUT. E o saldo organizativo já se faz sentir: muitas categorias realizaram assembleias para retirar delegados ao Conclat, contra a vontade das diretorias pelegas.

Onde não houve paralisações, em geral em função do peso das direções conservadoras e fragilidades organizativas, ocorreram grandes manifestações contra a ditadura. São Paulo com força e o Rio Grande do Sul puxaram a ponta da greve mas em todo o Brasil o movimento sindical já não é o mesmo, o país já não é o mesmo.

Rio de Janeiro A greve traída

O repúdio dos trabalhadores à maioria reformista da pró-CUT do Rio ficou evidente nas vaías às suas direções mais expressivas. A greve geral não saiu, traída que foi pela burocracia sindical.

5:30 da manhã, dia 21. Na porta do estaleiro Ishikawagima, os primeiros operários já encontram o piquete formado, buscando adesão à greve geral. Formam-se as primeiras rodinhas e em pouco tempo mais de mil operários se concentram em frente ao estaleiro. "O Caneco parou também?". "Essa greve tem que ser geral mesmo, só nós aqui não vamos resolver o problema". A consciência da necessidade de parar é grande. Maior ainda a de que os trabalhadores precisam dar uma demonstração de força. "Só a passeata não adianta".

Se os dirigentes sindicais do Rio estivessem na porta da Ishibrás seguramente não teriam convencido os trabalhadores de que a greve não era possível ou que a passeata era a "grande" resposta aos pacotes da ditadura. Teriam dificuldades em explicar porque a maioria dos sindicatos realizou apenas na terça-feira, ou seja um dia antes do 21, suas assembleias para "preparar" e decidir que tipo de manifestação cada categoria ia fazer. Também não seria fácil explicar porque os calazes de convocação da greve não foram impressos ou porque no panfleto da intersindical destaca-se a passeata e remete-se a greve para as entrelinhas.

Fura-greves

Mesmo assim, com toda a "boa vontade" da maioria da intersindical, o maior estaleiro do Rio parou. Em Niterói, houve paralisação parcial dos estaleiros, perto de seis metalúrgicas de médio porte no grande Rio não tiveram os operários nas máquinas, e os bancários do BB fizeram atos de meia hora dentro dos seus locais de trabalho.

À noite uma grande massa de trabalhadores concentrou-se no centro do Rio e em passeata



60 mil na Cinelândia

dirigiu-se à Cinelândia, em ato de cerca de 60 mil pessoas (maior que o das estatais). Ao contrário do previsto pelos que opunham a passeata à greve, o assunto em todas as bocas era a greve geral e o sentimento antiditadura. A rigidez burocrática do ato, onde até o que a massa podia gritar era ditado pelo comando da intersindical, não impediu que estes sentimentos se extravasassem. O primeiro orador, Abdias, de Niterói, extremamente aplaudido; o segundo, Saturnino Braga, senador do PDT, vaiado ao propor a união com os "liberais" do PDS para derrotar o pacote, e, a surpresa final, Ivan Pinheiro, ex-presidente dos bancários e que se notabilizou por atacar a proposta da greve geral, não conseguiu falar, sufocado por vaías e gritos de "fura-greve".

De norte a sul

Em Florianópolis, as federações do Comércio e da Indústria, coerentes com o seu já tradicional peleguismo consideraram inoportunas tanto a greve quanto as manifestações de protesto e nada foi feito no estado. Já em Curitiba, a paralisação restringiu-se a setores da construção civil com a realização de um ato público, convocado por mais de trinta sindicatos, reunindo cerca de 800 manifestantes. Em Alagoas, Ari Campista, presidente da CNTI manifestou-se pela proibição até da palavra greve, quanto mais algum ato de apoio, e o movimento restringiu-se a uma paralisação simbólica dos jornalistas por meia hora.

Em Recife e Salvador, regiões de maior tradição de luta operária, o ambiente foi mais tenso. Treze metalúrgicas pararam na capital pernambucana, envolvendo cerca de oito mil trabalhadores.

Em Salvador, o Pólo Petroquímico amanheceu como uma praça de guerra, medida única que poderia conter a manifestação dos trabalhadores. Em outros estados como Sergipe, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte, atos de protesto marcaram o dia 21, destacando-se o de Campina Grande na Paraíba, onde cinco mil pessoas reuniram-se e, em passeata, paralisaram parcialmente o comércio.

Espírito Santo Seis mil em passeata

No Espírito Santo a paralisação foi parcial, assumida pelos sindicatos dos comerciários, construção civil, jornalistas, gráficos, radialistas, médicos e professores. As oposições sindicais destacaram-se no trabalho junto aos motoristas e metalúrgicos.

O governador do PMDB, Gerson Camata, usou de violência contra os trabalhadores para obrigá-los a trabalhar.

O caso é bem evidente junto aos motoristas: os piquetes de paralisação dos transportes estavam instalados basicamente na ponte de passagem e na Vila Rubim. Às 5 h da manhã cerca de 70 motoristas já haviam aderido ao movimento em resposta a ação dos piquetes cujos integrantes subiam nos ônibus explicando aos passageiros e motoristas o objetivo do movimento. A polícia, de cassetete em punho e metralhadora no peito dos grevistas dispersou os piquetes e obrigou os trabalhadores a sentarem atrás do volante.

Com seis mil pessoas na manifestação organizada pela pró-CUT estadual, encerrou-se o dia de protesto e greve geral, considerando-se apenas um ensaio para novos enfrentamentos.

E São Paulo parou

O comando de greve estima em dois milhões o número de trabalhadores em greve no dia 21.

Empresários, governo, grande imprensa, todos se esforçam para afirmar que não houve a greve geral do dia 21. Para uma greve que não houve, só na cidade de S. Paulo foram mobilizados 18 mil PM, 18 mil policiais civis, milhares de federais; o II exército foi posto de prontidão. Para uma greve que não houve, só as montadoras de S. Bernardo declararam um prejuízo de 3 bilhões. Para uma greve que não houve, centenas de presos, vários processados na LSN, sindicatos invadidos, tiros ao ar, acetadas, bombas de gás, intervenções. Uma greve que não houve? A classe dominante anda se assustando com muito pouco.

Na verdade, na praça de guerra em que foi transformada a Região da Grande S. Paulo, desde a tarde do dia 20, manifestações, passeatas, piquetes, paralisações fizeram o quadro de um dia em que a vontade de protestar lutou contra o medo imposto pela ditadura militar e seu fiel servidor, o "governador dos trabalhadores" Franco Montoro.

Nestas páginas, um painel das paralisações e de sua repercussão, ponto a ponto, região a região de São Paulo. E os trabalhadores sabem qual a credibilidade que têm os papagaios da classe dominante, inclusive daqueles que diziam que iam trabalhar pela greve e fizeram um trabalho de fura greves... felizmente mal sucedido.

Santo Amaro: O cordão industrial parou

Na zona sul, maior concentração operária da capital, havia dois "comandos". Um dos grevistas, perseguido pela polícia e impedidos de se reunirem nas subdeses dos sindicatos e mesmo nas igrejas. O outro comando, muito maior, era o coletivo PM - polícia federal, que passou bom tempo da noite e madrugada tentando localizar algo que imaginava ser uma "conspiração" para quebrar Santo Amaro. Por isso, alguns grevistas foram encurralados numa casa paroquial perto do famoso Largo 13 de Maio, palco das manifestações de desempregados. Só conseguiram sair dali com a ajuda dos parlamentares do PT.

Mas não adiantou. Santo Amaro amanheceu literalmente paralisada. O trabalho anterior de propaganda da greve, feito pelos sindicatos, pelo comando regional e pelos movimentos populares de bairro tinha feito o serviço. Mesmo assim, dezenas de prisões foram feitas durante a noite, inclusive no serviço de processamento do Banco do Brasil. De qualquer modo, desde pelo menos 1979 a moçada já estava acostumada a ter que driblar a polícia, "democrática" ou não.

Osasco: Paralisação total

Osasco, a cidade-trabalho, no dia 21 não trabalhou. Aqui, como em outros lugares, a repressão começou bem antes, mas foi incapaz de impedir, na hora decisiva, comércio, indústria e serviços paralisassem suas atividades.

Os ônibus, mesmo com policiais no seu interior, foram operados por apenas 50% dos seus efetivos. Os bancos, desfalcados, abriram as portas e atenderam as moscas presentes. Na Cidade de Deus, a sede do Bradesco, o diabo cantou solto: os funcionários foram obrigados a dormir na sede da empresa.

A prefeitura (PMDB) fechou suas portas e colaborou... emprestando suas ambulâncias para transportar policiais. Mas foi o exército mesmo quem foi mais acionado.

As pichações e panfletagens foram maciças, efetivadas por militantes do PT e associados dos sindicatos dos metalúrgicos local, juntamente com a diretoria, que teve um dos seus representantes agredido na porta da Cobrasma, empresa do Sr. Vidigal, presidente da FIESP, saindo com a mão quebrada. A política da repressão era visivelmente a de criar um clima de terror, pela sua presença ostensiva nas ruas.

Zona Leste: Parada e agitada

Na zona leste da capital, a paralisação atingiu as grandes empresas metalúrgicas, que, em muitos casos, nem chegaram a abrir suas portas. As pequenas e médias empresas foram paralisadas pelos piquetes. Outras categorias também paralisaram em larga escala: químicos, coureiros, textéis. A empresa de Ônibus V. Carrão foi também paralisada. Aliás, o veículo que não parou, em muitos lugares da leste foi impedido de circular logo, com os pneus furados por miguéritos (pregos de três pontas que sempre ficam de pé), que chegaram a breçar até viaturas policiais.

A orientação de "ficar em casa" não foi suficiente para impedir alguns atos e manifestações significativos, como na Vila Alpina, bairro operário onde duas mil pessoas se reuniram na praça. Ou em São Miguel, também com dois mil manifestantes.

O movimento grevista na zona leste deve ainda ser entendido pela sua proximidade com o ABCD. Quem viu as greves de S. Bernardo em 1979/80 deve-se lembrar quantos milhares de operários das automobilísticas moram nessa região. Foram basicamente esses trabalhadores, que deram ao PT, nas últimas eleições, expressiva votação na região.

ABCD

Orgulho dos trabalhadores, vergonha para Montoro

Mais uma vez, São Bernardo se destacou em um movimento de trabalhadores. No dia 21, teve o maior índice de paralisação dentre todos os municípios brasileiros (ao lado de Diadema). Todo o comércio fechou; mais de 90% dos 105 mil metalúrgicos pararam; pararam em proporção semelhante outras categorias, como químicos, vidreiros, coureiros.

Capital da greve, São Bernardo foi também capital da repressão, lugar onde se mostrou com mais clareza a "repressão democrática" do governo Montoro. Foi dissolvido pela polícia militar um ato público que se realizava no Paço Municipal, onde Lula e Oswaldo Bargas, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, falaram para duas mil pessoas. Pouco antes de uma da tarde, a PM invadiu a Igreja Matriz, onde se tinham refugiado manifestantes. Bombas de gás explodiram no salão paroquial. Ao fim da tarde, eram presas indiscriminadamente pessoas que passavam nas ruas. Os deputados do PT, Djalma Bom (federal) e Expedito Soares (estadual) foram agredidos e golpes de cassetete, entre dezenas de outras pessoas.

"A ordem era não permitir aglomerações", explicou a PM. "Nem no tempo de Maluf aconteceram coisas desta natureza", disse o Bispo de Santo André, D. Cláudio Hummes. O pároco de São Bernardo apresentou queixa formal à delegacia central de polícia pela invasão da Igreja.

Vitória para os trabalhadores que realizaram uma paralisação exemplar, vergonha para Montoro e seus apoiadores. Teotônio Vilela totalmente isolado no seu partido e na sua classe, falando na Assembleia Legislativa, fez a declaração mais veemente contra Montoro: "Estou descontente com a atuação

do governo estadual nesta greve, com intervenção branca ou não. Quem esteve, como eu, em S. Bernardo, na greve heróica de 1980, pensaria que nenhuma autoridade estadual deveria permitir que um policial sequer pisasse naquele solo sagrado da Praça da Matriz de S. Bernardo do Campo".

Diadema

A experiência da mobilização dos peões de Diadema vem das greves de 1978/79/80 e do "ensaio" começado pelos petroleiros no início deste mês. A cidade-dormitório, irmã mais pobre de São Bernardo, foi paralisada totalmente pela ação energética e decidida dos ativistas sindicais e militantes do PT local, que nos dias anteriores já tinham preparado a greve.

À presidente do diretório local do PT, Cleusa de Oliveira afirmou a este jornal que "desta vez, foi diferente, não fomos pegos quase de surpresa como na greve dos petroleiros. Nós sabíamos que a repressão vinha mais preparada e já conhecíamos onde tínhamos agido da outra vez. Por isso, mudamos a tática e passamos a agir mais pelos comandos de bairro. Houve alguns pontos de alta tensão, como numa fábrica onde um vigia atirou e houve uma depredação na fábrica, com o povo revoltado. As fábricas pararam quase sem nenhum piquete; os sindicatos trabalharam muito na preparação, nas panfletagens anteriores, embora no dia da própria greve apenas o Vicente, dos metalúrgicos apareceu lá, para uma manifestação das 10 horas, mas foi embora rapidamente para S. Bernardo".

Lapa: O comando dirigiu

Na chamada Lapa de Baixo, um piquete de 100 pessoas convencia os trabalhadores que saíam da estação de trens. "Piquetes dissuasórios seriam consentidos", dizia o secretário da segurança. Mais um em que você pode "acreditar". O choque da PM parece que não foi "informado" dessa orientação do secretário. O cacete, as bombas de gás cantaram.

Voltando à sede do comando, decide-se fazer uma passeata pelas principais ruas, parando bancos e comércio (quase todos fechados ou à meia porta) e fazer a concentração planejada, na praça do mercado municipal. Ali, cerca de 500 pessoas se concentram, "sob a proteção da polícia", conforme disse o presidente do Diretório do PMDB do bairro do Jaguaré. Não demorou muito, a "proteção" atingiu esse mesmo senhor e levou-o para um cafezinho amargo na delegacia. Porretadas nos diretores do sindicato, que tiveram seu veículo retido, acetada e bombas na massa.

Mas nessa altura do campeonato, já estavam paralisadas grande parte das indústrias metalúrgicas, vidrarias, químicas, de couro, plásticos e grande parte do comércio, além de bancos que funcionavam (ou fingiam fazê-lo) desfalcados.

O metalúrgico Ismael Andrade, candidato a vereador pelo PT nas últimas eleições, fala sobre o comando e a greve na zona oeste:

Como começou a organização da greve geral na região oeste?

Ismael — Já existe na região, há alguns anos, uma proposta de intersindical. Esse grupo convocou uma reunião geral, assim que foi decidido o dia da greve geral, discutiu como organizar a panfletagem na área, as fábricas prioritárias. A gente sabia que tinha que ter piquetes e era necessário fazer mobilizações na região.



Na Lapa, a manifestação na rua

E como se organizou o comando regional?

Ismael — Havia representantes de vários sindicatos: bancários, couro, vidro, APEOESP, químicos, oposição dos plásticos e oposição metalúrgica. O comando geral foi formado de umas 130 pessoas e a gente dividiu uma coordenação para cada uma das áreas no dia da greve. A inter sindical teve um papel importante na direção da greve.

E o sindicato dos metalúrgicos, por que não entrou no comando?

Ismael — O negócio foi o seguinte. Os representantes dos sindicatos que estavam trabalhando na região se reuniram para formar um comando e levantar as propostas de trabalho para o dia da greve. Eles queriam que o comando fosse só os metalúrgicos e os outros sindicatos ficariam sob a direção deles. Todos os outros apoiavam a formação de um comando geral com todas as categorias; então a diretoria do sindicato decidiu não participar do comando. Eles também eram contra fazer piquetes e qualquer forma de mobilização. O resultado da discussão foi levado para a assembleia regional dos metalúrgicos, na sub-sede do sindicato na terça-feira. A assembleia foi claramente a favor dos piquetes e de concentrações na rua, e apoiou também a formação de um comando unificado. A diretoria foi pressionada, e para não se desmoralizar acabou não se opondo contra os piquetes e as concentrações mas, mesmo assim, não entrou no comando.

Uma repressão selvagem

Não há mentira mais grosseira do que afirmar que houve uma intervenção branca em São Paulo. A Fiesp, Montoro e a Polícia Federal agiram coordenada e harmonicamente, uma realidade que pôde ser confirmada por dentro por dois repórteres deste jornal presos quando cobriam a greve.

O insuspeito jornal empresarial *Gazeta Mercantil* relata uma reunião da FIESP: diante do panfleto da Pró-CUT convocando a greve, imediatamente solicitaram ao governo estadual a presença ostensiva da polícia nas ruas e portas das empresas, para "lembrar" aos trabalhadores a natureza do regime em que viviam.

Nos dias iniciais da semana, não sobraram generais, delegados e espécies semelhantes a declarar que "a ordem seria mantida". Os governadores da oposição, supostamente eleitos para combater a "ordem" vigente, agora passam a ser claramente administradores da política econômica e da repressão federal. Evidentemente, em S. Paulo, onde se concentram 50% da força de trabalho industrial e 70% do valor da produção industrial (33% e 50% na Grande São Paulo, respectivamente), seria concentrada a elite daquilo que foi gerado nestes 20 anos de ditadura: 18 mil PM, 18 mil policiais civis, incontáveis federais, fora os não-identificados.

O empresariado, de liberais e direitistas, se uniram. Vidigal, presidente da FIESP: "A indústria que desejasse operar normalmente só tinha que chamar a polícia. Em 5 minutos, a polícia chegava e restabelecia a ordem. Esta foi a nossa determinação. Se não chamasse, a polícia parava mesmo". Ermírio de Moraes: "lugar de demagogo é na cadeia. Isto é o que penso a respeito de alguns líderes sindicais, que programam uma greve em momento impróprio".

O governo Montoro, no seu afã declarado de preservar os direitos humanos, como disse, não fez por menos: botou polícia para intimidar quem quer que estivesse nas ruas a partir da tarde do dia 20. Só faltou decretar o toque de recolher.

A tênue fronteira entre piquetes persuasivos e ostensivos foi de muita quebra pela



repressão do governador. Em São Paulo, é preciso dizer, a Polícia Militar só respeitou os recintos da Assembléia Legislativa, a Câmara Municipal. Nem mesmo as igrejas que em São Bernardo, a PM arrombou as portas da igreja para bater em trabalhadores. Um dia antes da greve, não se respeitava as sedes sindicais: depois da invasão da sede dos bancários, dos metroviários, os comandos sindicais tiveram que se recolher quase à clandestinidade. Liberdade de manifestação, nem sombra, já que qualquer agrupamento era violentamente reprimido e dispersado.

Abandonar as ilusões

O paço S. Bernardo, ocupado pela PM,

parecia reviver seus tempos de Maluf. Em princípio, a PM foi instruída para "só utilizar revólveres", embora pudesse também, em "certos casos", como S. Bernardo, portar fuzis. E usou esses recursos. A PM garantiu proteção às garagens de ônibus. E efetivamente, a "liberdade" dos motoristas de não aderir à greve estava garantida, desde o interior das garagens, por insuspeitos "passageiros".

Romeu Tuma, o homem forte da polícia federal em S. Paulo, afirmando receber pedido nesse sentido dos empresários e da própria diretoria do sindicato de condutores, deu sua mãozinha para os ônibus circularem vazios pela cidade."

Depois da greve, o comandante do II Exército felicitou o governador pelas medidas tomadas, no que foi seguido pelo ministro da Justiça. O presidente do PMDB, Teotônio Vilela, quando afirmou que "a polícia parecia a mesma" foi surpreendido com a seguinte resposta da advogada Silvia Pimentel, do departamento feminino do PMDB, que não notou a presença de um repórter na sala: "A polícia militar está fazendo prisões por ordem da polícia federal. Quem me deu essa informação foi o deputado Alberto Goldman, que conversou com o secretário da Segurança". O que, aliás, dois repórteres do **EM TEMPO**, detidos durante algumas horas, puderam comprovar. Detidos pela Polícia Militar, ficaram por cerca de duas horas no camburão a esperar diretivas da Polícia Federal sobre se deveriam ser presos ou não e para onde deveriam ser encaminhados. Os rádios dos carros da PM estavam todo o tempo sintonizados com a Polícia Federal. A PM, nesta greve, agiu estritamente sob o comando da Polícia Federal, foi o seu braço armado.

Dizer que houve intervenção federal em São Paulo, como o faz o jornal *Tribuna da Luta Operária*, para preservar a aura democrática do governo Montoro, é uma grosseira falsificação. Que intervenção foi essa onde não houve troca de comandos, nem ordens paralelas e muito menos conflitantes? Muito mais certo dizer que houve harmônica colaboração entre as duas repressões. Aos trabalhadores é preciso dizer claramente que terão de enfrentar isso em todas as lutas futuras. O primeiro passo para abandonar uma condição que necessita de ilusões é abandonar as ilusões sobre a sua condição, já disse um velho escritor que morreu há cem anos...

Alguns milhões de panfletos produzidos pelos sindicatos e pela pró-CUT inundaram as ruas e fábricas de São Paulo preparando o clima para a greve geral do dia 21. A população, na expectativa, manifestava sua adesão nas filas de ônibus, nas corridas aos supermercados nos bate papos obrigatórios nos bares. Expectativa que veio a se confirmar na grande ausência ao trabalho na paralisação das poucas casas comerciais que ousaram abrir as portas.

Os metalúrgicos de São Paulo paralisaram cerca de 80% da categoria. Foram na grande maioria, paralisações sem piquetes, "garantidas" ou pela intensa panfletagem nos dias anteriores ou ainda por acordo da diretoria do sindicato com os patrões. O sindicato lançou boletins específicos conclamando a categoria a greve, recomendando que ficassem em casa, enquanto as oposições sindicais chamavam para mobilizações. Nas pequenas fábricas algumas pararam por piquetes, a grande maioria deles dispersa pela violenta repressão.

Nos químicos de São Paulo, o índice de paralisação chegou a 60% atingindo as grandes empresas. A exceção maior foi a Nitroquímica, onde os patrões obrigaram os trabalhadores dormir dentro das fábricas no dia 20 para garantir sua presença no dia seguinte. Outra categoria muito concentrada, a dos vidreiros, parou cerca de 70% com uma firme atuação da direção do sindicato na porta das fábricas e na organização dos piquetes. Na sede central da CESP, os andares foram parando um a um obedecendo o chamado de sua Associação. A Eletropaulo do Cambuci também parou, deixando Magri apreensivo com a extensão do movimento.

A categoria dos coureiros com doze mil trabalhadores espalhados pela grande São Paulo em pequenas e médias empresas atingiu um índice de paralisação de mais de 90%. Na preparação à greve, o sindicato centrou fogo nas empresas com mais de cem trabalhadores e muitas delas pararam por dentro, sem piquete. Os próprios piquetes organizados pelo sindicato não se limitaram a parar as fábricas da categoria, mas iam levando no arrastão todas as demais fábricas que

Quem fez a greve

Um quadro das paralisações, categoria a categoria. A greve foi tão ampla que ultrapassou todos os controles de informação da inter-sindical.

encontravam pelo caminho. Na categoria dos coureiros também algumas fábricas pararam por iniciativa dos patrões com compensação do dia no sábado. Mas aí a estratégia não deu certo. O sindicato organizou novos piquetes na porta das fábricas e a moçada não pegou no batente.

Nos têxteis, onde o sindicato, depois de anos de paralisação, aderiu ao movimento, houve uma grande ausência ao trabalho. O mesmo ocorreu com os comerciantes e trabalhadores de serviços em geral. É o caso dos bancários, onde houve muita ausência no trabalho mas não se pode caracterizar como greve. Sendo uma das categorias chaves para o funcionamento do sistema capitalista, considerada ponto de honra pelo governo, inserida nos "setores essenciais" onde não é possível a greve em nenhuma hipótese, é também onde a repressão é mais intensa. Além de enfrentar os gerentes, os trabalhadores bancários levaram uma blitz generalizada da polícia, com muitos ativistas presos, intervenção no sindicato e diretoria afastada.

Um outro setor considerado ponto de honra do governo era o funcionamento dos transportes. Aí que a lábia do governo Montoro ficou mais desmascarada: os pronunciamentos de que o policiamento nas ruas era para garantir o direito ao trabalho, transformou-se na prática em invasão das garagens pela polícia militar, na intimidação dos motoristas e na coação dos trabalhadores a trabalharem. A disposição da categoria para a paralisação era grande. Mas a diretoria sindical vacilava. Chegou a propor a não decretação da greve, para não "comprometer a diretoria do sindicato". Nem a oposição sindical tinha suficiente força para substituir a diretoria. E sem um mínimo de comando decidido, os trabalhadores esperaram ser parados pelos piquetes, dissolvidos pela polícia e pela presença preventiva de "paisanos" nas garagens. Mesmo assim a circulação foi retardada em vários pontos da cidade pelo trabalho organizado nos bairros miguelitos e depredação pura e simples — e quando os ônibus circularam, estavam vazios. Os trabalhadores do metrô deram o grande

exemplo de organização e firmeza: o pessoal de manutenção e limpeza do turno das 22:00 horas, abandonaram seus postos de trabalho. A adesão dos operadores de trem foi de 90% e quase total o do conjunto dos trabalhadores nas estações. Pela primeira vez, desde sua fundação o metrô parou. A empresa só conseguiu fazê-lo funcionar por volta das 11:00 horas da manhã e o primeiro trem chegou à estação às 13 horas. Tarde demais, pois a cidade já tinha parado. Nenhum piquete foi feito, refletindo o trabalho de organização do sindicato, numa categoria onde 90% dos trabalhadores são sindicalizados. Derrotado em seu propósito de fazer o metrô funcionar, o governo decretou intervenção no sindicato com afastamento de sua diretoria.

Os servidores públicos federais, estaduais e municipais que recentemente encerraram uma greve sem vitórias econômicas, voltaram a carga e aderiram ao movimento: cerca de 15 mil servidores federais paralisaram as suas atividades, segundo estimativas de uma das integrantes do comando nacional de mobilização. Nos servidores estaduais, segundo avaliação de Magno de Carvalho, integrante da Pró-Cut estadual e da FEPASP, a paralisação do dia 21 foi mais ampla do que na última greve da categoria, atingindo regiões inteiras que antes não haviam parado, como o Vale do Paraíba e mesmo setores que nunca tinham aderido a uma greve, como os trabalhadores da sede central da Secretaria da Saúde. Incontáveis também o número de creches e postos de saúde espalhados pelos bairros e vilas da periferia da cidade que aderiram espontaneamente ao movimento. Na rede estadual de ensino, com os professores em férias, pouco foi possível fazer. Mas a Associação dos Professores e Especialistas em Educação do Município, além de divulgar o movimento nos organismos da secretaria municipal de educação, como a SUPEME e DEPLAN, conquistou a paralisação dos especialistas em educação.

Na APEOESP os ativistas resolveram se integrar aos comandos regionais participando das tarefas gerais.

A greve no interior

Fora da Grande São Paulo, as paralisações atingiram algumas cidades com maior intensidade, como Campinas, São José dos Campos, Franca, Bauru e Sertãozinho, entre outras, onde existiram paralisações localizadas e atos e passeatas de protesto. Já em algumas cidades, principalmente na Baixada Santista, todos trabalharam, uma vez que os sindicatos locais, capitaneados por Arnaldo

Gonçalves, dos metalúrgicos, decidiram na véspera furar a paralisação.

Aliás, essa já era a posição de Arnaldo e outros sindicalistas, influenciados pelo comitê central do chamado Partido Comunista Brasileiro, que são contra a greve na medida em que impede a abertura e a legalização do partido.

Um novo período feito de enormes desafios



JOAQUINZÃO De interventor a grevista imunizado contra a intervenção

De onde vem Joaquim dos Santos Andrade? Quem é? Tornou-se final um aventureiro seduzido pelos esquerdistas? Um provocador austentado pelo governo, como o personagem Janjão Santiago dos Anjos, no romance do jornalista Felix Nunes?

A história de Joaquim praticamente se inicia nas vésperas do golpe de 1964. Em 1963, compunha a "oposição democrática" que procurava expulsar os comunistas do sindicato metalúrgico da Capital. Nas urnas, foi derrotado, numa "lavada", pela chapa encabeçada por Alfonso Delelis e apoiada pelo "partidão". Com o golpe, Delelis foi deposto. Joaquim foi nomeado pelos militares como interventor em Guarulhos, Celenito Guedes e Bernardino Iosta, outros atuais diretores, foram interventores em S. Bernardo e S. Caetano, respectivamente. Foram anos de bons serviços prestados à ditadura, badalando o regime, contendo as mobilizações, fraudando eleições, aproveitando-se do terror militar para se perpetuar no sindicato e fazer sua carreira.

Também em outras ocasiões teve que entrar em mobilizações para contê-las, como foi o MIA, Movimento Intersindical Anti-Arrocho, em 1968. Os tempos foram mudando. A crise econômica, a abertura política. As greves do ABC chegaram à capital. Joaquim precisava se atualizar novamente. Em 1978, na capital se deflagra a primeira greve geral da categoria. Joaquim suspende a greve no segundo dia, numa manobra que quase lhe custa o linchamento, diante de 30 mil metalúrgicos que tomavam a pequena Rua do Carmo, onde fica a sede do sindicato, no centro de S. Paulo.

Aberto para reforma

Ganha porém, nesse processo, a adesão de correntes da esquerda anteriormente na oposição sindical, que procuram "ganhar espaço por dentro". Para ele, o preço de esquivar-se para a "esquerda", promovê-lo e maquiná-lo. Um processo sem dúvida muito contraditório e perigoso, mas que o ex-interventor contornou com habilidade.

Sonhando com a direção da CNTI há muito tempo, fez seu primeiro ensaio em 1979 tentando montar uma chapa de "unidade oposicionista" (veja o ET n.º 95). Não deu. Tentou novamente em 1983. Embora derrotado, ampliou a margem de manobra de sua corrente no conjunto do movimento intersindical. E é agora o "líder grevista" badalado pela grande imprensa e por muitos setores do sindicalismo brasileiro.

Sintomaticamente, Joaquim e outros sindicalistas de sua corrente declaravam à **Gazeta Mercantil**, no dia 19 de julho que um dos elementos que dificultavam a intervenção federal em seus sindicatos que "isso significaria empurrar o sindicalismo para uma postura de confronto, com aumento da influência do PT".

tre, que envolvem milhões de assalariados em todo o país. Além do mais, as próximas mobilizações conjuntas têm uma reivindicação que o ponto de honra: a devolução dos sindicatos sob intervenção. Para isso inclusive é importante firmar uma tática conjunta das diretorias afastadas, no sentido de ocupar as entidades, de organizar dentro e fora delas a resistência.

Uma reivindicação que é ponto de honra: a devolução dos sindicatos sob intervenção. É importante firmar uma tática conjunta das diretorias afastadas, no sentido de ocupar as entidades, de organizar dentro e fora delas a resistência.

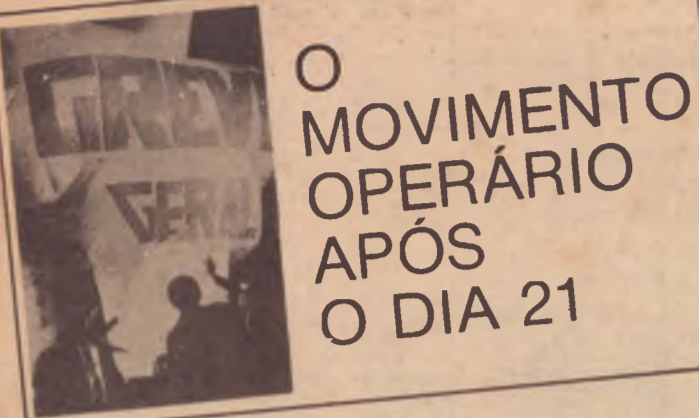
Mas as mobilizações conjuntas, no futuro, precisarão aprender com as debilidades apontadas por essa primeira greve geral. É inegável por exemplo a importância que teve, para o sucesso das paralisações, a existência de um panfleto e de um comando unificado de todas as categorias, poderoso elemento para atingir enormes massas de categorias menos organizadas, inclusive em pequenas cidades do interior.

Limites da organização

Outra experiência que tem que ser devidamente analisada e aprofundada é a formação de comandos regionais intersindicais, instrumentos essenciais para o trabalho de propaganda, organização, articulação de pessoas e recursos para um trabalho permanente que sustente as lutas. Na Grande São Paulo, a experiência anterior, sem dúvida, foi a greve dos metalúrgicos de 1979. Para esses comandos regionais e para o comando central do estado, contando com o bloqueio de informações fatalmente imposto pelo governo e pela grande imprensa, tornou-se evidente a necessidade de emitir boletins informativos da greve, periodicamente durante o dia, para manter a população informada sobre o andamento das coisas. Uma experiência já banalizada em outros países e ensaiada, ainda que timidamente, pelos trabalhadores do Rio Grande do Sul. Essas pequenas grandes coisas, que dizem respeito à auto-organização da classe trabalhadora, são essenciais às lutas futuras, às novas greves gerais nacionais que os trabalhadores ainda vão impôr aos patrões e ao governo.

Agora, a CUT

Às vésperas de congressos estaduais e do CONCLAT, esse debate se torna urgente, para que a Central Única que se construa seja, realmente, um instrumento livre, anti-patronal e anti-ditadura. Por isso a CUT não se resume em eleger uma direção provisória, mas a partir das experiências grevistas, construir organizações, práticas e formas de luta que unifique o movimento pela base das diferentes categorias de trabalhadores, democratizando até explodir a atual estrutura sindical, para substituí-la por outra, cujo embrião ainda está por se forjar, a partir das sementes lançadas pela greve geral.



O MOVIMENTO OPERÁRIO APÓS O DIA 21

Na greve geral aprende-se como funcionam as fábricas, como se move a cidade, como se move a repressão, a imprensa. A classe operária se vê ante a fúria do estado burguês. Novidades imensas para enormes massas humanas.

Na ordem do dia a articulação dos combativos

Mais uma vez, a greve do dia 21 coloca em pauta a questão a articulação dos setores combativos do movimento sindical. No processo de preparação do Conclat, de construção da CUT, num momento em que os pelegos e reformistas estão jogando todas as cartas (agora, com mais um "líder", o velho e conhecido Joaquinzão), uma intervenção unificada dos classistas é condição necessária para o avanço do movimento.

A articulação dos combativos tem sido tentada de duas formas: com a unificação dos sindicalistas do PT, com propostas definidas pelo partido; e com correntes como a Anampos.

A intervenção sindical unificada do PT é decisiva. O que até agora a tem limitado é a confusão que existiu e ainda existe no partido, entre intervenção partidária e falta de respeito à autonomia dos movimentos, coisas que de modo algum são iguais. O II Encontro Nacional dos Sindicalistas do PT mostrou um crescimento da idéia e é por aí que vamos.

Mas o PT não reúne o conjunto dos sindicalistas combativos e por isso, uma corrente sindical mais ampla continua a ser correta.

O que impediu a Anampos de ser uma real alternativa foram suas ambiguidades: nunca deixou de ser uma reunião de convidados, personalista e portanto excludente; nunca se definiu claramente por uma corrente combativa no interior de uma CUT realmente única: nunca organizou suas bases.

O quadro unitário criado pela greve geral exige exatamente isto: uma corrente combativa, aberta e democrática, que organize suas bases, que seja capaz de fazer frente aos pelegos e reformistas na disputa pela hegemonia na Conclat e na CUT.

No próximo dia 4 às 19 horas no centro sindical dos bancários paulistas, rua Tabatinguera 192, os bancários vão realizar uma assembléia para discutir a luta pela reconquista de seu sindicato sob intervenção do ministério do Trabalho.

A **Folha Bancária**, com tiragem de 20 mil exemplares diários, continuará a circular, editada pela diretoria afastada e respaldado no apoio financeiro e político da categoria.

A greve dos petroleiros de Paulínia, imediatamente seguida pelos metalúrgicos do ABC, empurrou o movimento sindical a tirar a greve geral dos discursos e passá-la para a ação. Logo depois, governadores da chamada oposição foram garantir ao general Figueiredo que podia ir tranquilo para Cleveland. Ironia das ironias, a mão estendida dos ajoelhados governadores foi devolvida horas depois com um pacote de escravidão decretado pelo próprio general-presidente. Os governadores foram assim responsabilizados pela aplicação das ordens do Conselho de Segurança Nacional, último fiador dos decretos gerados por Delfim-Langoni-Galvêas.

Nesse quadro, a greve geral ganhou força. Um incrível sentimento de adesão ao protesto foi a resposta aos milhões de panfletos da Pró-CUT, sindicatos e outras entidades. O FMI, os políticos burgueses e os reformistas estavam absolutamente certos quando afirmavam que o arrocho propiciava momentos de possível ruptura.

Mesmo dentro do movimento sindical, a situação objetiva e as pressões da revolta, das bases, mesmo desorganizadas, obrigaram a uma fuga para diante até mesmo de diretorias sindicais conservadoras. Isso é plenamente compreensível se entendermos o que é e para que serve a imensa máquina sindical montada pelo estado capitalista no Brasil.

Final de contas, são dezenas de milhares de dirigentes sindicais, espalhados por todo o país, uma das forças conservadoras mais disseminadas pela sociedade. São mais de cinqüenta mil privilegiados, na medida em que a garantia do emprego, a estabilidade garantida pelo cargo sindical, representam verdadeiro milagre no mar da incerteza e rotatividade que cerca a vida cotidiana dos trabalhadores neste país. Mas não é apenas isso: um cargo sindical representa também possível acesso a outras vantagens, ao clientelismo político dos mais variados tipos. Esse exército de burocratas é uma das "armas" que o Conselho de Segurança Nacional incumbiu de administrar a dose de super-arrocho.

Como em todas as batalhas e enfrentamentos de porte, há perigos de rachas nos exércitos. E no movimento sindical, essa tarefa atribuída aos pelegos pelo regime militar pareceu pesada e desmoralizante demais até mesmo para tradicionais criaturas do regime golpe, como o ex-interventor Joaquinzão.

A posição da "Unidade Sindical"

As revoltas espontâneas, as manifestações de desempregados podiam ser ainda mais perigosas para a estratégia da transição controlada do que uma greve canalizada, cavalgada, domada por "gente confiável". Joaquinzão sentia isso melhor do que ninguém, uma vez que sua diretoria, nos últimos meses, não fez outra coisa senão correr atrás, feito bombeiros desarmados, de pequenas greves e manifestações, sobretudo na região sul da capital paulista, sintomaticamente fronteira com São Bernardo do Campo.

Daí as orientações que procurou

imprimir à greve geral: greve passiva, para abrir negociações "responsáveis" com o governo. Ao mesmo tempo, é evidente que, intenções à parte, a greve e seu encaminhamento, o destaque dado pela grande imprensa a Joaquinzão, mostraram o resultado de uma competição no movimento intersindical: a partir desse momento, Joaquim e sua equipe procuraram cavar um lugar ao sol nas intersindicais.

Por outro lado, a situação não lhe saiu assim tão bem. Afinal, tradicionais aliados abandonaram seu barco. Várias federações roeram a corda, algumas delas chegando até a divulgar notas qualificando a greve de aventureira, anti-patriótica, inoportuna ou coisas desse gênero. Foi o caso, por exemplo, da Federação dos Trabalhadores em Indústria Alimentícia, presidida pelo eterno sr. Mantovani, os combativos senhores da Baixada Santista, capitaneados pelo famoso Arnaldo Gonçalves, enrolaram a assembléia intercategorias do dia 15/7 e seguraram as coisas até decidir, no dia 20/7, proclamar que furariam a greve, igualmente por considerá-la inoportuna, impossível etc. Frente a isso, curioso é que o secretário do sindicato metalúrgico da capital, Luis Antonio, tenha afirmado, no dia 21: "quebraram a cara aqueles que diziam que era impossível e errado fazer greve geral".

A greve foi um resultado importante da frente única operária imposta pelos sindicalistas combativos. A unidade agora ganhou outro sentido. Mesmo a presença do sindicato metalúrgico de São Paulo na pró-CUT é agora condicionada por inúmeras obrigações com a sua base.

Joaquim: à esquerda do PCB?

Inegavelmente, a greve foi um resultado importante da frente única operária praticamente imposta pelas circunstâncias e pelos sindicalistas combativos. A "unidade" de aparelhos, disputada nos Enclats, as exigências de participação das federações e confederações, e coisas desse tipo ganharam agora outro sentido. Mesmo a participação do sindicato metalúrgico da capital paulista na Pró-CUT é agora condicionada por inúmeras obrigações com sua base.

A grande imprensa fez questão de exacerbar a figura do Joaquinzão como líder da greve e condutor da maior categoria paralisada. Quase nenhuma linha para dizer, por exemplo, que S. Bernardo parou completamente, sem acordos com patrões, sem piquetes, e mesmo depois de ter levado a porrada quase sozinho, no início do mês. Quase nenhuma linha para dizer que os piquetes que paralisaram as empresas que não aderiram pela propaganda eram liderados pela oposição sindical. Não: a preocupação da grande imprensa é, como a do governo e dos empresários, obscurecer S. Bernardo, o PT e o que eles representam: um movimento pela independência política da classe operária.

Essa ausência é significativa, numa greve que, fundamentalmente, alterou elementos centrais da conjuntura política e retirou da cena a papagaiada sucessória Maluf x Andreazza, as choramingações pelo coração do João e outras "grandes políticas" da assim chamada grande imprensa.



Greve geral: a fúria da mudança versus a fúria da ditadura.

A "sensibilidade" de Joaquim e setores do PCB que apoiaram a greve, como o Coletivo Estadual de S. Paulo, foi bem maior que o comitê central do "partidão". Joaquim, inclusive, teria comentado em certas rodas: a proposta do PCB é atrasada demais para roubar a cena do PT. Um superpelego, em reunião intersindical do Rio comentou: "acho que nós vamos ter que defender a greve geral, senão eles nos desmascaram". Nem sempre se encontra tamanha "sinceridade"...

A greve e os "setores democráticos"

Governo Federal, governos estaduais (sem exceção), grande imprensa — todos se preocuparam em diminuir o significado e o impacto da greve, antes e depois dela ocorrer. Conseguiram, é verdade, diminuir sua intensidade, com a ajuda de pelegos e policiais. Contribuíram, porém, para criar um clima de verdadeiro terror e tensão, curiosamente mais quente do que a própria greve. Outro fato que contribuiu para esse silêncio — ou para a informação mentirosa — foi o descolamento dos partidos da oposição burguesa, praticamente ausentes de um movimento em que, pelo menos, teriam a obrigação de fazer "caixa de ressonância". Verdade também que o movimento sindical pressionou pouco para envolver "setores democráticos". O resultado foi a participação isolada de indivíduos dos partidos, das igrejas, etc.

Essa ausência é significativa, numa greve que, fundamentalmente, alterou elementos centrais da conjuntura política e retirou da cena a papagaiada sucessória Maluf x Andreazza, as choramingações pelo coração do João e outras "grandes políticas" da assim chamada grande imprensa.

A greve ensina política

Uma greve claramente política: contra o governo, contra o FMI, contra a política econômica. Política ainda por outros motivos que abalaram a estrutura sindical corporativa, estreita demais para canalizar o ódio, a vontade de luta dos trabalhadores. A distância entre o lado organizado da greve, por um lado, e sua amplitude, que nem chegou a poder ser contabilizada e conhecida integralmente pelos comandos agride a capacidade de pensar politicamente dos dirigentes. É urgente mudar muita coisa. Criar muita coisa: formas de ação, de organização de propaganda, de agitação que transbordem de longe a rotina morna e repressiva dos aparelhos sindicais.

A distância entre o lado organizado da greve e sua amplitude agride a capacidade de pensar politicamente dos dirigentes. É urgente mudar muita coisa. Criar muita coisa: formas de ação, de organização de propaganda, de agitação que transbordem de longe a rotina morna e repressiva dos aparelhos sindicais.

Força e fraquezas

A greve do dia 21 foi realizada num quadro que tinha alguns estímulos fortes, como o pacote dos salários. Mas teve também alguns elementos que a controlavam. Em primeiro lugar, a poderosa repressão preventiva. Em segundo lugar, a greve contra o pacote foi feita quanto a grande massa presente os seus efeitos, mas ainda não sentiu esses efeitos nos seus envelopes de pagamento. Em terceiro, o quadro de amplo desemprego amedrontador. Em quarto, foi feita depois de um golpe sobre categorias importantes, como os petroleiros e S. Bernardo.

Por aí se percebe o que podem ser as campanhas salariais do segundo semes-

As mulheres, a greve e o feminismo

Numa creche improvisada, dezenas de crianças esperavam suas mães voltarem dos piquetes e das manifestações. Enquanto brincavam, sem entender muito bem por que estavam ali, e não em casa ou na escola, as mulheres estavam na rua, desde a madrugada preparando piquetes, entrando nos ônibus nos pontos finais, tentando convencer os poucos passageiros de que a greve é de todo mundo.

Foi assim que várias mulheres de um bairro de São Paulo, atendendo prontamente ao chamado de greve geral, procuraram formas de se organizar para dar conta das tarefas que não podem ser deixadas de lado nem mesmo no dia da greve. Quase todas elas donas-de-casas, se defrontaram com o problema diário de participar politicamente, fazer reuniões, organizar suas atuações no dia da greve e... tomar conta dos filhos. Reuniram-se, juntaram as crianças, destacaram algumas para tomar conta da "creche" e saíram para a luta. Procuraram os comandos regionais e entraram em peito aberto na briga.

A necessidade de auto-organização foi clara para essas mulheres. Unidas, puderam multiplicar sua atuação e contornar uma parte das limitações que pesam sobre sua participação política. Essa experiência, no entanto, não reflete a

O fato das reivindicações das mulheres contra a exploração e opressão específica a que estão submetidas não terem aparecido na greve não impediu que milhares de mulheres, em todo o país, se envolvessem ativamente na luta contra a política econômica do governo.

Por Dinah Lemos e Tatau Godinho

participação geral das mulheres na greve. A grande maioria entrou isoladamente, sem contar com instâncias de organização do movimento que agregassem aos comandos unificados.

Os piquetes, os comandos regionais, os grupos de divulgação e panfletagem mostraram que as mulheres estão na luta. Estiveram na greve manifestando um grau de combatividade que espantou todos aqueles que ainda acreditam na inabalável passividade do sexo feminino, cantada em prosa e verso pela ideologia dominante. Estiveram enfrentando não só a repressão dos patrões e dos governos, mas a oposição de muitos maridos, pais e irmãos e por vezes o descrédito de dirigentes sindicais mais combativos.

Reconheceram-se mulheres íntegras na sua condição de agente, de sujeitos da ação no interior do movimento de todos os trabalhadores. No entanto, as mulheres em luta não tiveram suas reivindicações

colocadas no movimento; não viram o fim da opressão e exploração, que o governo e o FMI exercem, hoje, diretamente sobre as mulheres, reivindicando nesta greve geral. Agiram individualmente em cada piquete, combativas porém isoladas em sua condição de sexo.

O feminismo ausente da greve

Uma greve com caráter eminentemente político, não só permitia como exigia que fossem colocadas propostas de enfrentamento à exploração que as mulheres sofrem. Exigia que denunciássemos que 19% da população feminina de Terezina — PI — já está esterilizada, ainda que o governo não tenha implantado um projeto oficial de controle de natalidade. Exigia que as mulheres em movimento colocassem o direito à estabilidade para a gestante e a equiparação salarial entre homens e mulheres, lutas que encorpam o combate ao desemprego. Para que isto acontecesse,



era necessário que as mulheres tivessem acumulado experiências anteriores em cada bairro, região ou estado, de enfrentamento organizado aos patrões e aos governos. Era necessário que as direções sindicais tivessem absorvido a necessidade destas lutas e que as mulheres houvesse se organizado nos sindicatos, também em cima de suas questões. Sobretudo teria sido imprescindível um mínimo de unidade regional entre estas experiências.

A greve nacional marcou o definitivo deslocamento dos grupos feministas de reflexão, no que diz respeito aos interesses da imensa maioria de mulheres trabalhadoras. Mostrou que o auto isolamento destes grupos, política e organicamente, só reforça o impasse que vemos hoje na construção do movimento de mulheres no Brasil. Enquanto estes grupos privilegiam o debate restrito com a Benfam e o governo sobre a legalização do aborto e o controle de natalidade (a despeito da importância do assunto), sem procurar implementar a formação de grupos de base, as mulheres em movimento permanecem marginalizadas desta discussão, como o caso das piqueteiras, que, infelizmente, em função da história do feminismo no Brasil, acabam se declarando anti-feministas.

Porém, a ausência das bandeiras feministas na greve geral não define uma derrota do movimento de mulheres. Os grupos feministas, hoje descolados das mulheres em movimento, têm o mérito de ter, na década passada, colocado a necessidade da luta específica na consciência de um grande número de mulheres, que estiveram presentes nos comandos de greve e nas direções sindicais mais combativas.

São estas mulheres que estão em condições de rearticular o movimento de mulheres, de buscar a organização por local de trabalho e moradia, de lutas específicas coladas à realidade do movimento de massas no Brasil, hoje. Realidade que aponta sempre ao combate à ditadura, através da busca da unificação regional e nacional de todas as lutas. Esta possibilidade se concretizará na unificação da ousadia e coragem das piqueteiras, rumo à colocação, no interior do próximo Conclat, das bandeiras específicas das mulheres trabalhadoras. Estivemos isoladas na greve. Queremos estar unidas na construção de uma CUT que incorpore as nossas lutas. Unidas por nossas próprias forças e em nosso próprio movimento.

Histórias de medo, ousadia e coragem

As mulheres nos piquetes, enfrentando o machismo e a polícia.

Se parássemos um pouco para pensar, veríamos que parecia uma cena, de romance de Érico Veríssimo, talvez, mas não conseguíamos sequer parar para pensar, talvez fosse mesmo uma cena de romance, ela, com os cabelos brancos, grisalhos, curtos, o chimarrão rodando, o frio... — então, precisávamos parar os trens, era 63, tu vês, 20 anos atrás exatamente. Parar trem é muito difícil. Então fizemos um piquete de mulheres e crianças, e deitamos nos trilhos. Os maquinistas aí não quiseram trabalhar, sair, então veio a polícia, se colocaram em prontidão e disseram que iam atirar. Aí levanta uma companheira, grávida, 8 meses, tira a roupa. Vê, ficou nua, e disse: atirem em mim, então. E a polícia não atirou. Eu não sou feminista, vocês sabem, mas estas coisas a gente não esquece".



Era uma região de fábricas de vestuário e alimentação, escuridão, "mulher não faz piquete", disse o presidente do Sindicato do Vestuário, "não vai fazer greve, sabe como é, a categoria tá sabendo, mas..." 90% da categoria são mulheres.

Parou o bairro. Pararam os ônibus, as trabalhadoras pararam os ônibus sozinhas, duas a duas...

"Membros da Assembléia Legislativa de Pernambuco disseram ontem que 2



das 7 moças presas pela polícia por estarem realizando piquetes nas portas de fábricas, anteontem, foram fotografadas nuas antes de serem liberadas pela polícia". Por se recusarem a assinar declaração de que não sofreram sevícias na prisão. "Mulher não faz piquete".

Eram 4 h da madrugada, cidadezinha pequena, operária, muito frio, cerração forte, a neblina impedia de enxergar a luz nos postes. Bem, ela tinha 19 anos, há um ano já desempregada, vivendo isto aos 18 anos, a não alternativa de vida, não tem emprego, não tem casa, não realiza nenhum sonho, estava ali e me disse: "tenho uma coisa particular para falar", puxou para o canto, já íamos sair pra rua, pros piquetes, "se a gente for presa, tem como sair logo? Eu tenho um pouco de medo, não tenho nenhuma experiência, né?"

ABC, São Paulo, porta de fábrica, ela não tinha experiência, nem tamanho. Franzina, segurou o braço, com força, do operário; ele tinha quase 2 por 2, disse: "se quiser ir trabalhar, tem que passar por aqui. E por mim não passa, companheiro". As outras seguraram e a tiraram dali. Ele passaria, nós sabemos.

Noite do dia 21 de julho, um convite. Feito por uma antiga conhecida e companheira de grupo feminista: "passamos a manhã de hoje pensando em rearticular o grupo, que tu achas? Faz um ano que a gente não reúne, talvez fosse legal. "Eu estava cansada até para responder. Era evidente que ela não tinha vivido nada desta corrida e desta luta toda e que tinha aproveitado o "feriado" para diletar sobre os mofos. "O que você vai fazer esta noite"? Dormir, eu acho. Há mais de uma semana que levanto de madrugada.

O dia começando, chão molhado pela noite de chuva, 8 horas da manhã, Jardim Elba, zona leste de São Paulo. Como em centenas de lugares pelo Brasil afora, era preciso parar os ônibus, chamar os companheiros à greve. Chamamos, trezentas a quatrocentas pessoas, a maioria mulheres, organizadas por mulheres. Mulheres parando os ônibus. Violentamente reprimidas. Presas.



Magnólia, 23 anos, grávida, subindo a ladeira, o céu azul, dez mil pessoas caminhando... — e esta barriga, quando vai nascer o nenê? — Era para ter nascido na semana passada. — Tu é louca, mulher, o que tá fazendo aqui? — Não, não te preocupa. Tem ela aqui, é estudante de medicina, qualquer coisa que eu precise, ela segura. Tinha que estar aqui". Sorriu.

III ENCLAT/RS

Fundar a CUT em 83

Com a presença de 690 delegados, o Enclat decidiu pela fundação da entidade máxima dos trabalhadores no próximo Conclat.

Por Sonia Makul

Duas questões encabeçaram os debates do III Enclat gaúcho: a preparação da greve geral do dia 21 e a construção da CUT. Além disso, outras decisões fundamentais para o movimento sindical gaúcho foram tomadas.

O Enclat contou com 690 delegados inscritos, representando 50 sindicatos ligados à produção, 48 de setores médios e 3 rurais. Mas cerca de 400 delegados estiveram presentes no Encontro, número inferior ao do II Enclat, realizado em 82, que teve 600 delegados votando, com uma base de 172 sindicatos.

Os delegados petistas, ocupando a metade do plenário, puxaram as propostas em relação à construção da CUT, à greve geral e a pauta de lutas e reivindicações. (ver box) Essas propostas acabaram quase todas sendo aprovadas por unanimidade, arrastando junto os setores mais atrasados, o que acabou fechando um conjunto de resoluções bastante politizadas e à esquerda.

Sem dúvida, uma das decisões mais importantes foi a que se posicionou pela fundação da Central Única dos Trabalhadores na Conclat, em agosto. Segundo essa proposta, a Conclat deverá eleger uma diretoria provisória da CUT, "comprometida com a greve geral, contra o regime e seus planos de arrocho, miséria e desemprego". Deverá, ainda, definir um plano de consolidação da CUT, a ser efetivado até o Congresso do ano que vem.

A adesão a essa proposta foi enorme, a ponto de fazer com que os que levantavam a voz discordando e se colocando contra a construção da CUT, acabassem votando na proposta, aprovando-a por unanimidade.

No entanto, o III Enclat, como um palco privilegiado de organização e preparação da greve no estado, falhou nessa tarefa. Não conseguiu concretizar o sentimento de aprovação unânime da greve geral em propostas de encaminhamento e organização, que orientassem os militantes sindicais, os sindicatos do

interior em como efetivar a greve. Essas falhas acabaram se refletindo posteriormente no encaminhamento da greve.

No Enclat foi eleita a nova direção intersindical estadual, agora com o nome de Central Estadual de Trabalhadores e composta de 23 membros e uma executiva. Acima da CEI, está a plenária estadual, composta pelos membros da CEI, mais os membros da pró-CUT nacional e seis delegados pela intersindical regional, que vai se reunir a cada trimestre.

Sem desconhecer as diferentes posições que existem no interior do movimento sindical gaúcho, os delegados mais combativos, que durante todo o tempo estiveram à frente das decisões, deram

prioridade a tirada de uma chapa unitária. O objetivo era o de puxar para dentro da CET, comprometendo com ela, as federações e as categorias importantes, mas cujas direções sindicais são compostas por setores mais atrasados. No entanto, o que valeu para compor a chapa de "unidade" não foi a expressão da composição de forças real no interior do movimento, e sim a política de ultimatoss e pressões de alguns setores como a **Tribuna Operária**.

Um fato que merece ser denunciado é o caso do representante do Sindicato dos Bancários. A delegação bancária indicou o nome de Oraida Urbaneto para representar o Sindicato na CET, por 11 votos contra 2 de José Fortunati (que

recebeu o voto dele mesmo e de Milton Motini pres. do Sindicato). Num claro desrespeito às bases, a chapa "unitária" acabou colocando o nome de Fortunati, contrariando a decisão dos delegados bancários.

Terminado o conchavo, foi apresentada a proposta de chapa, com uma lista de 23 nomes. Nesse momento, ficou evidente a exclusão de nomes importantes do movimento sindical no estado, mais claramente aqueles ligados ao setor mais combativo e classista. Imediatamente foi feita uma proposta de adendo de quatro nomes, que acabou sendo derrotada por 216 a 16 votos, com 3 abstenções. A favor do adendo, votaram em massa os delegados petistas. Contra o adendo, o PDT, a Tribuna, o Hora do Povo, os pelegos das Federações e alguns membros do PT que não se submeteram a orientação do partido, como Enid Backes e Milton Motini.

A unidade dos petistas

Realizando reuniões prévias dos delegados, debatendo a pauta do Encontro, formulando propostas, o PT buscou ter uma intervenção unitária e centralizada de seus militantes no ENCLAT.

Já no II.º Encontro Sindical do PT RS, em 6 de junho, os militantes do PT levantaram a preocupação em relação à falta de unidade na participação de seus militantes sindicais, tanto no cotidiano dos sindicatos, quanto nos palcos mais amplos de discussão no movimento. Definiu-se naquele momento, que o PT passaria a preparar e organizar a intervenção de seus militantes através do funcionamento dos núcleos por categoria, circulação permanente de textos sobre a questão sindical, elaborados pela Comissão Sindical do PT.

A intervenção dos petistas no Enclat já foi um saldo positivo neste processo, com a formulação de propostas comuns e inclusive com alguns companheiros escolhidos para centralizar a intervenção dos delegados no Encontro.

As reivindicações aprovadas

- amplas liberdades políticas e sindicais,
- fim do regime militar;
- eleições diretas em todos os níveis,
- rompimento com o FMI,
- não pagamento da dívida externa,
- revogação da Lei de Segurança Nacional,
- fim da intervenção em todos os sindicatos,
- Pela Assembléia Nacional Constituinte soberana e democrática,
- revogação do Decreto-Lei 2045, de arrocho salarial,
- estabilidade no emprego com FGTS,
- Dieese como órgão de fixação dos reajustes salariais,
- redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salário,
- Pela reforma agrária.

Executiva Eleita

Coordenador Paulo Renato Paim (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas).

Secretário-Geral Valdomiro Orso (presidente da Federação dos Metalúrgicos).

Sec. Finanças José Fortunati (diretoria do Sind. dos Bancários)

Sec. de Organização Julieta Balestro (diretoria do CEPERS)

Sec. de Administração Ricardo Baldino (pres. do Sindicato da Construção Civil).

Sec. de Cultura Mário Gabardo (pres. do Sindicato dos Trab. Rurais de Bento Gonçalves).

Sec. de Divulgação João Paulo Marques (pres. do Sindicato do Vestuário de Porto Alegre) e Remi Baldasso (presidente do Sindicato dos Jornalistas).

Enclat Rio de Janeiro
Por uma nova greve geral

Da sucursal

No último fim de semana reuniram-se 550 delegados no III Enclat do Rio. Sob o impacto do dia 21, logo nas primeiras votações a plenária já demonstrava uma correlação de forças pendendo para o lado combativo do movimento. Delegados de categorias com diretorias sindicais pelegas, que não participavam do Enclat, foram reconhecidos pela plenária contra o veto da maioria da intersindical; de outro lado, foi cassado o direito de voto de delegados biônicos indicados fraudulentamente pelo pelego Santos Nogueira, dos Rodoviários.

Tanto nos grupos como em plenária as questões que polarizaram foram a da convocação de uma nova greve geral e a fundação da CUT em agosto. De um lado, os reformistas defendiam que o movimento não estava preparado para a greve geral e que, também, a fundação da CUT em 83 seria um imediatismo que levaria à divisão dentro do movimento sindical. Contrariamente, várias correntes defendendo diferentemente a necessidade de uma greve geral a partir do Conclat. No que diz respeito a CUT, apenas e

inicialmente nos debates, os petistas propunham claramente sua fundação, no próximo Conclat.

Como resoluções finais, a plenária aprovou uma nova greve geral, junto a uma campanha de mobilização e organização, e cuja deflagração depende da direção tirada no Conclat. A esta resolução se opôs outra que defendia que o próprio Conclat marcasse a deflagração da greve. Com relação à CUT, venceu a proposta de "trabalhar para fundá-la em agosto", deixando uma grande margem de incerteza quanto a isso.

Por fim, foi eleita a nova intersindical e apontados os nomes para compor a provável direção da CUT ou de outra forma provisória de direção a partir do Conclat. Contrariamente ao resultado das resoluções políticas que expressaram uma clara derrota dos reformistas, a composição tanto da nova intersindical como dos nomes indicados à Conclat deu a esta corrente um peso muito superior em relação à sua própria representação e contraditória com o sentido das resoluções.

Golpe no Enclat alagoano

Sindicalistas reagem aos golpes de José Francisco e dos apoiadores do jornal Tribuna da Luta Operária e abandonam o plenário.

Tentando manter sua hegemonia no movimento sindical em Alagoas a composição entre José Francisco da Contag e os adeptos do jornal **Tribuna da Luta Operária** acabou vendo o feitiço virar contra o feiticeiro. O Enclat realizado dia 16 e 17 de julho, além de refletir as diferentes propostas políticas existentes no movimento sindical teve como centro da disputa, que acabou dividindo o movimento em duas alas, a indicação do representante do estado junto à Comissão Nacional Pró-CUT.

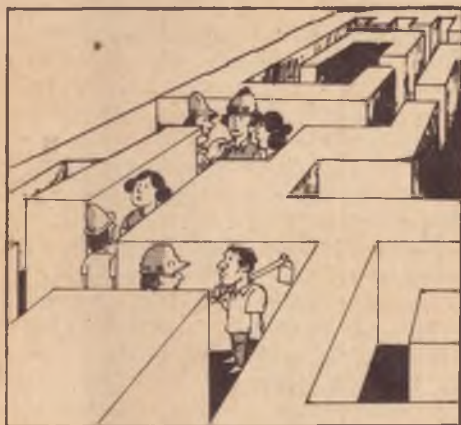
Enquanto a composição da Federação de Sindicatos Rurais e os tribuneiros tentaram manter o atual representante, a grande maioria dos representantes de sindicatos propunham o nome de Pedro Luiz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas.



Não aceitando a legitimidade da composição majoritária, que além dos sindicatos rurais, contava com o apoio de várias pequenas associações de servidores públicos apontadas como "fantasmas" pelos sindicalistas, estes retiraram-se do plenário, abandonando o Enclat.

Diretório Nacional do PT Alguns avanços e um impasse político

Reunido nos dias 23 e 24 passados, o Diretório ampliou a democracia interna, fortaleceu o poder dos núcleos, renovou parte da Executiva e reafirmou a importância da intervenção sindical do partido. Mas no que diz respeito a uma tática para a conjuntura, quanto a uma alternativa aos projetos burgueses persiste o impasse, a indefinição.



A discussão da conjuntura brasileira foi o assunto central da reunião. Colocado em primeiro lugar e ocupando maior espaço de tempo, reverteu uma debilidade crônica das reuniões do Diretório que era a não priorização dos debates políticos.

No final de um extenso informe inicial, feito por Apolônio de Carvalho, e de mais de trinta intervenções, ficaram basicamente cinco propostas de resolução, apresentadas, respectivamente, por Perseu Abramo, Apolônio, Weffort, Ibrahim e Raul Pont.

A proposta de Apolônio se diferenciava das demais no sentido de apontar para uma reformulação mais profunda no posicionamento classista até aqui assumido pelo Partido. Criticava duramente a Plataforma Eleitoral do PT, que traria em seu bojo uma proposta de governo equivalente à clássica "ditadura democrática do proletariado e do campesinato", a qual, segundo Apolônio, teria sido traduzida, em congresso da IV Internacional, para a fórmula "Governo dos Trabalhadores". Propunha o companheiro que o PT abandonasse tais formulações para ele "estreitas" — rebaixando as bandeiras do Partido a nível de um "programa mínimo", aplicável na atual correlação de forças, capaz de ampliar o leque de alianças com setores e classes sociais, com vistas à constituição de um "governo democrático".

Dentre as outras quatro propostas se destacava, por um outro lado, a defendida por Raul Pont, mas que ficou apenas com uns poucos votos. Não se limitando a desnudar as alternativas burguesas de transição, apontava claramente a sua incapacidade histórica de romper com o imperialismo e de construir aqui uma democracia burguesa clássica. Isto deixa, as tarefas democráticas em mãos do proletariado e de seus aliados que, no entanto, não se detêm nelas mas, num único processo ininterrupto, realizam as tarefas transitórias e socialistas, o que vem sendo demonstrado por várias revoluções no mundo. Desta forma, não há porque se falar em "programa mínimo", nem em "etapas democráticas", ou em "frentes populares". Pelo contrário, trata-se de colocar um conjunto de bandeiras, à frente da derrubada da ditadura, e de colar à luta pelas eleições diretas à luta por uma Assembleia Nacional Constituinte, Democrática e Soberana, e das bandeiras econômicas e sociais do Partido. A tática a ser aplicada é a de "frente única operária" tendo como interlocutores partidos que se reclamam operários.

As três outras propostas se misturavam e se confundiam tanto que, apesar de terem sido votadas em separado, acabaram por se fundir quando da redação do documento final. Documento que, por sinal, não ficou terminado até o fim da reunião, exatamente devido às dificuldades de se montar tantas idéias já em si não de todo claras.

Estas posições, que receberam a esmagadora votação dos membros do diretório, apresentam muitos méritos, mas também grandes debilidades. Os méritos são exatamente os de resgatar claramente o caráter classista do partido, de apontar, para a construção de uma

Água com açúcar na TV

Antes da reunião do Diretório Nacional foi gravado, em clima de manifestação, o programado PT que irá ao ar em rede nacional de rádio e televisão, se valendo da legislação que garante a divulgação do programa partidário.

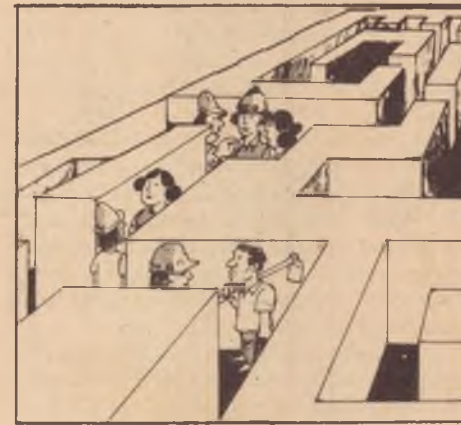
Dirigido com competência técnica por Henfil e Renato Tapajós, o programa escorregou no conteúdo político.

Composto de uma sucessão de falas, calcadas de fato no programa partidário, elaborado em 1979 para registro no IRE, e de pequenos "flashes" de "Por que o PT" com figuras de projeção, o evento não conseguiu dizer a que veio. Amargo e fora da conjuntura, o programa não aborda as questões centrais, não ousa, não agride nem transgride. Temas como a CUT, greve geral, os "pacotes", a sucessão

presidencial e os governos burgueses de "oposição", ou seja os temas que deveriam ser feridos ali, na casa do telespectador, ficam ao largo, enquanto o programa transcorre como um conto de fadas.

"Sonhei com o PT", diz um; "ele veio de baixo para cima" brada outro, e por aí a coisa vai. No campo econômico a análise fica em pieguices do tipo "a economia brasileira é como um franguiño; os ricos e poderosos comem o peito e as coxas enquanto que para o trabalhador ficam o pescoço e os pés, quando não as pernas".

De conteúdo, o programa é dispersivo (às vezes até contraditório), sem rumo político, defasado e, aparentemente, bastante improvisado. Mas, acima de tudo, um erro. Não teve nenhum "pecado mortal", mas também se perdeu uma chance preciosa.



trabalho da Executiva desde que foi eleito.

Lula apresentou uma lista de sete nomes (além dos cinco eleitos, mais o deputado Eduardo Suplicy e Paul Singer), depois engrossada com o nome de Geraldo Pastana, líder dos trabalhadores rurais do Pará.

Foi também apresentado o nome do companheiro Augusto, de Goiás, de posições mais à esquerda e de destacada participação no Diretório, mas acabou prevalecendo a idéia de que não seria desejável se eleger para a executiva nomes que formalmente (em termos de legislação) dela não poderiam fazer parte, por serem membros suplentes do Diretório. E este era o caso do Augusto, como também o de Perly Cipriano, do Espírito Santo.

Jacó Bitar apresentou uma chapa indicativa exatamente os cinco eleitos — que acabou levando o grosso dos votos. É interessante notar que os cinco nomes eleitos são de posições políticas bastante diversificadas. Virgílio Guimarães, por exemplo, têm posições políticas claramente de esquerda revolucionária, sendo membro ativo do jornal EM TEMPO. Além de presidente do Sindicato dos Economistas de MG é também primeiro suplente a deputado federal, tendo recebido cerca de vinte mil votos nas eleições de novembro. Cid Queiroz Benjamin se situa, dentro do espectro político do PT, numa posição de centro-esquerda, conforme ele mesmo se define. Sidney Lianza, ex-membro do antigo jornal **Companheiro** e hoje de posições independentes, se afina com os parlamentares estaduais do Rio de Janeiro, ou seja, à direita do Cid Benjamin.

Paulo Delgado é membro da Articulação "PT de Massas" de MG, liderada pelos deputados Mares Guia e Luiz Dulce. E Perseu Abramo foi o editor do **Jornal dos Trabalhadores**.

Como se vê, não houve exclusões ideológicas. O próprio Augusto foi indicado por Lula para compor, juntamente com Ibrahim, Weffort, Cid e Virgílio a importante comissão que vai acompanhar o "caso Diadema". A não inclusão da Tita — líder bancária ligada ao jornal "O Trabalho" e hoje empenhada (sem sucesso) em delegar seu apoio ao "manifesto dos 113" — na lista dos "elegíveis" também não pode ser vista como exclusão ideológica, pois o seu nome não apareceu pelo simples fato de não ter sido sequer lembrado por qualquer dos membros do Diretório.

Rediscutir a Imprensa partidária

A nota lamentável da reunião: o **Jornal dos Trabalhadores**, do ponto de vista administrativo-financeiro, está literalmente quebrado. Pelo lado político, de sua concepção e projeto, parece que faliu também, pois na verdade o Partido não o assumiu, nem o assimilou de fato.

Mas ninguém precisa se assustar: o jornal continuará saindo até que se discuta um novo projeto, um novo jornal. As vendas avulsas e de assinaturas devem continuar, até com maior empenho. Vai se discutir toda a imprensa partidária: boletim interno, o jornal e até mesmo a possibilidade de uma revista.

saida independente para as classes trabalhadoras, através das lutas de massas, e o de caracterizar firmemente como conservadores e anti-populares os diversos projetos burgueses. E a falha é a de parar a meio do caminho no momento de definir as tarefas do Partido no que diz respeito à alternativa global de poder para a sociedade. Neste sentido, o PT ainda permanece bastante desarmado.

Ainda neste ponto, uma nota importante: as posições mais claramente parlamentaristas e conciliadoras existentes dentro do Partido não se dispuseram a dar o ar de sua graça. Ficou apenas a proposta do companheiro Apolônio, que caminha um pouco neste rumo, mas que não chega tão longe e que também não conseguiu uma grande adesão.

Combater pela CUT e pela Greve Geral

As greves de julho, e especialmente a greve geral do dia 21, mereceram uma análise cuidadosa, a partir de informes de seus principais protagonistas, quase todos do PT, discutindo-se também as perspectivas do movimento sindical brasileiro, a construção da CUT e o papel do Partido diante destas tarefas.

Foi visto o papel primordial que jogaram às greves, recolocando o movimento operário no centro da conjuntura e lançando a construção da CUT em um novo patamar. Nas discussões foram ressaltadas as artimanhas e traições, praticadas por setores da Unidade Sindical e o jogo duro do PMDB, que foi obrigado a rasgar a fantasia e assumir totalmente o seu caráter anti-operário e repressor.

Toda a ênfase nas discussões foi colcada no papel que o PT tem de desempenhar nestas lutas, a partir de uma intervenção correta e vigorosa, a partir de alianças com setores sindicais combativos fora do Partido.

O curioso nesta discussão foi a notória omissão de setores do PT mineiro, vinculados à articulação "Por um partido de massas", que tem Luiz Dulce à cabeça. Eles não colocaram ali as posições que tão arduamente defenderam na preparação da pré-Convenção de Minas de rejeição completa à idéia do PT ter uma intervenção própria no movimento sindical.

Ampliando a força dos núcleos

Grande parte das discussões do regimento se centrou na questão dos núcleos, no sentido de lhes dar poder efetivo dentro do Partido, de estimular a sua criação e de funcionarem de fato como instância de elaboração política e de implementação da linha do partido nos

diversos movimentos sociais. Ficou, no entanto, uma contradição: aos núcleos de categoria, ao contrário dos núcleos por local de moradia, é negada a participação, através de representantes, nos diretórios municipais, ficando limitados às secretarias sindicais.

Definiu-se melhor os critérios para as pré-Convenções, inclusive se afastando a figura do delegado nato para os membros dos diretórios (amplamente derrotada) e para parlamentares (o que sequer foi apresentado) ficando, no entanto, prevista para os membros das executivas.

Foram criadas as Comissões Diretoras Municipais (uma espécie de "diretório-municipal") para as capitais onde existem os diretórios zonais ou distritais. Estas, a serem eleitas em assembleias municipais, teriam como função principal implementar uma política municipal do Partido, frente a um poder municipal que é unificado (a Prefeitura), o que os diretórios zonais evidentemente não são capazes de fazer. Funcionando como uma instância intermediária entre estes e a Executiva Estadual, a Comissão Diretora Municipal alivia o órgão superior desta tarefa, ficando mais livre para articular o Partido no conjunto do Estado.

Os itens da carta eleitoral que dizem respeito à relação dos petistas que detêm cargos eletivos (deputados, vereadores, prefeitos com o Partido) como a obrigação de doar 40% do salário, submeter o exercício do mandato ao Partido, os critérios para escolha de assessorias etc ficaram agora incorporados ao Regimento.

Agora o projeto será discutido nas bases para deliberação na próxima pré-Convenção Nacional.

Renovação da Executiva: sem exclusões

A renovação da executiva acabou não sendo tão ampla como se propalou inicialmente. Apesar de todos terem colocados os cargos à disposição, se optou por um processo limitado apenas aos casos de vacâncias incontornáveis. O ex-aluno Antonio Carlos, coerentemente com seu ideário, se desligou do PT. D. Helena Greco tem de se dedicar cada vez com maior afinco às suas tarefas de combativa vereadora dos movimentos populares em Belo Horizonte. Wagner Benevides e Joaquim Arnaldo cada vez vinham participando menos, inclusive por motivos profissionais e já tinham manifestado suas intenções de se afastarem da direção nacional. Também o goiano Rubens, que quase ninguém conhece no Partido e que nunca deu às caras no



São Paulo — Articulação dos 113 De volta as idéias "passo a passo"

O pacote de textos que acaba de ser lançado pela articulação dos 113 revela bem seu caráter: uma estranha combinação entre, por um lado, a combatividade dos sindicalistas, por outro, o reformismo bem comportado predominante nos grupos diversos que, de fato, costumam a articulação.

Por Flávio Andrade

A "Articulação dos 113" acaba de registrar sua chapa para concorrer ao Diretório paulista na pré-convenção do dia 14 de agosto. Ao mesmo tempo, lança também suas propostas políticas para o debate num total de sete documentos somando 34 páginas de texto. Os temas estão divididos da seguinte forma: o PT hoje; o momento político brasileiro; o governo Montoro e a posição do PT; o PT e os movimentos sociais; estrutura e organização do partido; o PT e a atuação parlamentar; plano de ação.

Em primeiro lugar, cabe notar que o enorme atraso na divulgação dos textos (a praticamente 15 dias da pré-convenção, o conjunto do partido ainda não recebeu as propostas políticas da articulação "oficial") vem reforçar a tese de que o regimento interno baixado pela direção estabelecendo chapa completa e intocável um mês antes do encontro é não apenas burocrático mas até mesmo inviável se se quer um mínimo de debate político dentro do partido. Este regimento tem que ser revogado, as chapas definitivas podendo se formar ou completar no próprio encontro, que é onde e quando se dará a culminação da discussão política.

E é por aí que o discurso democrático da articulação dos 113 já começa a tropeçar diante das realidades concretas. Tanto na questão do regimento interno da pré-convenção como na questão de Diadema, dois exemplos cristalinos para se aferir a democracia ou o burocratismo de uma proposta política, os 113 absolutamente não dizem uma palavra sequer... Pelo contrário, vários de seus signatários defenderam este regimento burocrático e, no caso de Diadema, se colocam ao lado de Gilson contra a democracia interna do partido.

Sentimento anti-esquerda

Mas, entremos no conteúdo dos textos propostos para debate. Para aqueles que acreditavam que a articulação dos 113 era uma ruptura, uma renovação em relação à atual direção e que, portanto, esperavam de suas posições uma crítica ou um balanço da situação presente do partido, uma decepção: nem um ponto de análise da crise do partido, a não ser as genéricas menções de que o PT tem "insuficiências" que precisam ser sanadas. Mas, que os próprios textos não explicitam nem quais são e nem porque se impuseram. Esta negativa de crítica (mais precisamente auto-crítica) da direção anterior se explica: é que os 113 são nada mais nada menos que uma manobra do núcleo central da própria direção para, se insinuando como renovação aparentemente se revigorar e escapar assim da obrigação de uma prestação de contas de sua gestão desastrosa.

Outros aspectos que já se destacavam no Manifesto dos 113 (ver ET nº 174) persistem nos novos textos: por um lado, a timidez no trato do liquidacionismo da direita no partido, a contemporização diante de suas investidas, ao ponto de a questão sequer ser mencionada no longo balanço da atuação da bancada parlamentar paulista neste primeiro semestre (ver texto nº 6). Por outro lado, se o anti-comunismo expresso no linguajar dos "comandos paralelos" sai de cena, persiste ainda a rotulação caricatural em



Capitulando diante da luta contra a ditadura militar os 113, escandalosamente, chegam a afirmar que "os trabalhadores podem e devem jogar um papel positivo na atual transição". No limite, num horizonte incerto, quase que pedindo desculpas, uma frase perdida lembra que "o PT precisa criar condições de transgredir as regras do jogo do sistema e do regime".

relação à esquerda petista. "Tradicionalistas, operários, iluminados, vanguardistas" etc. são expressões que pipocam nos textos em detrimento de uma polêmica mais precisa com as posições destes setores.

Onde os sete textos agora lançados vão além do Manifesto é na parte das propostas efetivas para o partido. Mas aqui, uma nova e mais profunda decepção: por entre as páginas e mais páginas de análises e propostas, cujo volume dificulta a precisão de um centro, de um eixo político mais explícito, no entanto o leitor atento acabará se deparando com a velha e surrada visão reformista do "passo a passo", que tanto se notabilizou em São Paulo por época da discussão da Plataforma Nacional para o partido em 1982.

Já na avaliação da conjuntura o problema aparece: na primeira versão dos documentos, agora reformulada parcialmente, a colocação era mais explícita. Dizia-se simplesmente que, depois das eleições, "o regime conseguiu sair da crise política que atravessava" e que agora ingressávamos numa efetiva "transição democrática". Agora, diz-se apenas que "o regime se recompôs", ficando para o leitor interpretar o como, o até onde, ou para o que, etc. Persiste, no entanto, a mesma ênfase na transição democrática, a ditadura militar não aparecendo uma vez sequer em todo o texto. Os autores, no entanto, não se preocupam em enfrentar o problema de frente e com clareza: a ditadura acabou? Tudo sugere que pensam que sim mas os autores não têm a coragem de afirmá-lo.

Este o quadro dentro do qual os teóricos dos 113 pensam a política petista: "lutamos contra a transição por cima e a esse projeto opomos uma alternativa por baixo". Mas que "alternativa por baixo" será esta? Que estranha maneira de formular e caracterizar uma política! Na verdade isto é nada mais nada menos que a aceitação, ainda que confusa, envergo-

nhada e num linguajar cômico dos marcos em que a ditadura tenta sua "abertura". Senão vejamos mais adiante onde o texto literalmente afirma que "Os trabalhadores podem e devem jogar um papel positivo na atual transição"!!! Um descuido de redação, perguntaria o leitor condescendente?

Mas para não ficar margem a dúvida, é novamente o próprio texto que mais prá frente volta ao tema deixando mais claro seu horizonte e sua disposição de luta contra a ditadura militar. Quase que pedindo licença ou desculpa para falá-lo, ou de outro lado apenas marcando uma incômoda obrigação retórica para as bases do partido, dizem os teóricos dos 113: "Para constituir-se numa alternativa política para os trabalhadores o PT precisa criar condições de transgredir as regras do jogo do sistema e do regime"!!!

Pisoteando assim no caráter da Plataforma Nacional do partido (cujo eixo central é a luta contra a ditadura militar) a proposta dos 113, depois de pintar a rósea transição democrática em curso, desabrocha em todo seu esplendor reformista: "Nós recusamos as concepções de que basta tomar o poder do Estado para transformar a sociedade. Para nós o poder é algo que não apenas se toma mas também se constrói. É possível construir um poder a partir das bases da sociedade... Queremos criar um poder novo na sociedade".

A proposta é a velha idéia reformista (mais escandalosa agora porque colocada diante de um estado ditatorial militar do capitalismo periférico) de que aos trabalhadores cabe lutar apenas por melhorias no interior do estado burguês e não a luta pela tomada e destruição deste mesmo estado. A novidade é apenas o sabor rebelde, uma ilusão na verdade, da criação de um novo poder sob a ditadura e (pasmem-se) controlando-a: "os Conselhos Populares... o poder de controle a decisão destes organismos sobre o

Estado". Mais grave no entanto é o que o texto não diz, o que ele tenta acobertar, o sofisma enfim. Para atacar a tese da luta contra a ditadura os teóricos do 113 não jogam aberto, não expõem seus argumentos reformistas com sinceridade e clareza. Escamoteiam a discussão pelo caminho transversal da afirmação óbvia de que para os trabalhadores não basta derrubar a ditadura, apresentada assim com ares de divisor de águas.

Esta capitulação diante das jogadas aberturistas da ditadura militar, erguidas agora à qualidade de transição democrática onde aos trabalhadores cabe jogar papel positivo, não é inconsequente. Por exemplo, a relação com o governo Montoro: em nenhum momento é feita uma demarcação de classe frente ao PMDB e a oposição burguesa, apenas se enunciando que somos oposição, pelo nosso programa, mas logo ressaltando-se que estamos abertos para apoiar as coisas boas e criticar as ruins... Esta indulgência contrasta flagrantemente, entre outras coisas, com o próprio comportamento de Lula e demais sindicalistas frente à repressão do governo Montoro. Na verdade toda a avaliação visa deixar portas e janelas abertas para a eventualidade de futuras composições ou apoios disfarçados.

Continuismo disfarçado

Mais escandalosa, no entanto, é a parte final do texto dos 113 quando trata das campanhas políticas do partido para o momento: contra o desemprego, por eleições livres e diretas, pela reforma agrária. O destaque não está apenas na timidez do conteúdo reformista das campanhas (em nenhum momento vinculadas a luta contra a ditadura militar) mas sobretudo na forma de concebê-las como simples campanhas de propaganda via parlamento, televisão e órgãos de comunicação. Para os 113 o papel do PT é simplesmente apoiar subsidiar, solidarizar-se enfim com as lutas e bandeiras populares, quando muito expressando-as a nível parlamentar. As campanhas propostas são assim não campanhas de luta, organização e mobilização de massas contra o governo, os patrões e a ditadura, mas sim meras campanhas de formação de opinião pública no estilo bem comportado da "luta pela cidadania política" como confessa o documento.

Esta postura, esta concepção do partido, choca-se, mais uma vez, não apenas com o discurso lulista da direção nacional de que o PT precisa se tornar um partido dirigente. Mas, mais gritante, choca-se frontalmente com os fatos recentes da greve geral. Pois a campanha contra o desemprego proposta pelos teóricos dos 113 apenas contempla de passagem a greve geral, mesmo assim desdenhando-a como não mais do que um dos muitos instrumentos para esta luta dos trabalhadores (e mesmo isto só depois de intensa discussão dentro dos 113 para melhorar um pouco a versão inicial que praticamente era contra a greve geral).

Enfim, todas estas questões, e sobretudo a da greve geral, fazem evidentes o verdadeiro caráter da articulação dos 113. Trata-se mais propriamente do aval lulista a uma composição heterogênea de grupos (igreja, autonomistas, intelectuais e remanescentes de certas organizações da esquerda) com uma predominância reformista nas propostas que nada tem a ver, pelo contrário chocam-se, com a própria prática lulista e dos sindicalistas combativos. O que apenas reflete a baixa politização da vida interna do partido, o forte espírito anti-esquerda ainda arraigado nos sindicalistas e, sobre tudo, o caráter continuista da direção "nova" que se insinua.

A terrível lógica EUA preparam invasão

Bloqueio naval das águas nicaraguenses pela Marinha dos EUA. Invasão da Nicarágua por tropas hondurenhas e guatemaltecas, com forte apoio bélico norte-americano. Provável desembarque de tropas ianques em El Salvador. Esta é a gravíssima ameaça que bate às portas da América Central na ocasião do quarto aniversário da revolução na Nicarágua.

O alerta sobre a operação militar foi dado oficialmente pelo secretário para Assuntos Internacionais do Partido Socialista Francês, Jacques Huntzinger, no último dia 21. E é confirmado pela maior mobilização naval americana nas águas nicaraguenses desde a revolução: duas forças-tarefas compostas de navios de guerra já se dirigem rumo ao cerco da Nicarágua pelos dois oceanos.

A intervenção americana, já em curso, será sem dúvida o ato mais criminoso do imperialismo desde a guerra do Vietnã. Se concretizada, levará inevitavelmente à regionalização do conflito na América Central, provavelmente implicando na agressão também a Cuba, com fortes e graves desdobramentos em toda a conjuntura política internacional.

Uma ação de tal envergadura, com tão profundo significado político, só pode ser compreendida como fruto dos seguidos fracassos de Reagan em conter a profunda onda revolucionária da América Central, das continuadas táticas que esbarraram no esforço heróico de resistência notadamente dos povos da Nicarágua e El Salvador.

O governo Reagan escolheu a repressão à guerrilha salvadorenha como prioridade regional para evitar o provável surgimento de uma "nova Nicaraguá". Tal orientação, acrescida de um melhoramento nas relações com o governo de Romeu Lucas da Guatemala parecia também a melhor via para dominar o movimento popular guatemalteco em ascensão. Paralelamente, seriam promovidas ações de instigamento contra a revolução sandinista que deveriam culminar em golpes econômicos e militares de repercussão estratégica. Em seguida, a direção principal da ofensiva de Reagan se centraria em buscar a derrubada do governo sandinista.

As duas grandes metas propostas para El Salvador — a derrota militar da FMLN prevista para outubro de 1981 e a posterior legitimação política da Democracia Cristã através das eleições de março de 1982 — não se realizaram. Seis meses depois da ofensiva insurgente da guerrilha em janeiro de 1981, a FMLN começou a retomar a ofensiva no terreno militar. Em dezembro desferiu rudes golpes no exército inimigo. A situação foi tal que Reagan estudou, por esta época, diversas modalidades de intervenção externa (através do TIAR, através do apoio de ditaduras latino-americanas, inclusive com participação direta norte-americana). E ainda que em março de 1982 a FMLN não tenha conseguido intervir suficientemente no processo eleitoral, devido a importantes erros táticos e à recomposição momentânea do exército salvadorenho, era claro que os propósitos norte-americanos não haviam sido alcançados.

Nas eleições, se materializaria um choque que, atravessando as classes dominantes e o exército, culminaria com a vitória de uma coalizão ultra-direitista encabeçada pelo major Roberto D'Abuisson em detrimento das posições democrata-cristãs. Assim, as eleições tão sofregamente preparadas por Washington, fizeram mais difícil a legitimação do regime salvadorenho ao mesmo tempo que levaram a uma divisão profunda no interior do bloco do poder.

Impasse na Guatemala

Paralelamente, os planos relativos à Guatemala sofriram serias alterações. As excelentes relações iniciais entre os governos de Reagan e Romeu Lucas, levaram o Departamento de Estado americano a anunciar vendas militares à Guatemala no valor de 3,2 milhões de dólares. A reação do Senado e da Câmara, ainda refletindo a vertente de Carter de suspensão de ajuda militar por violações de direitos humanos, limitavam as possibilidades de Reagan e Heig.

A situação interna se deteriorava: a Anistia Internacional calculou a cifra de mil assassinatos políticos por mês que atingiam inclusive setores moderados da oposição; a guerrilha ganhava força, unificando-se em fevereiro de 1982, ao constituir a Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG); influentes setores da oligarquia guatemalteca e do exército aprofundavam diferenças com Romeu Lucas. As eleições de 7 de março de 1982 foram taxadas pela oposição oligárquica de "fraude escandalosa" culminando os acontecimentos com um golpe de estado que, após uma série de reacomodações no poder, seria encabeçada pelo general Efraim Rios Mont. Reagan, no entanto, havia perdido um tempo precioso.

O início do cerco à Nicarágua

Nesse período, a revolução sandinista era acusada de ser responsável pela resistência popular salvadorenha. A Nicarágua estaria sendo uma ponte para um suposto tráfico de armas provenientes de Cuba e do bloco soviético. E o governo Reagan desencadeou uma ofensiva política, o desgaste econômico e a agressão militar.

As ações diplomáticas destinadas a isolar a Nicarágua diante dos países europeus, o apoio interno a grupos políticos anti-sandinistas (impulsionando-os a ações não armadas no imediato mas fora da lei) aliado ao apoio aos setores conservadores da Igreja, foram as linhas principais da ofensiva política. O uso de mecanismos estruturais

de pressão financeira, tecnológica e comercial, mais o apoio à sabotagens da produção e da infra-estrutura do país, figuram como os principais elementos do desgaste econômico.

Enquanto isso crescia a agressão militar. A existência de campos de treinamento anti-sandinista na Califórnia e na Flórida, a preparação no canal do Panamá de pelo menos três companhias de guardas somozistas, a penetração permanente em território nicaraguense de grupos somozistas com base em Honduras, os atentados explosivos sobre pontes do Rio Coco e Negro, os atos terroristas contra o Aeroporto Augusto César Sandino de Manágua, as tentativas de destruir as sementeiras e as refinarias, o cerco eletrônico para interferir e controlar as comunicações internas, as 40 violações do espaço aéreo nicaraguense por parte da força aérea norte-americana, a operação "Halcón Vista" destinada a estudar a capacidade de força aérea e naval de Honduras e dos Estados Unidos em uma eventual guerra, as numerosas ações da marinha de guerra hondurenha contra embarcações nicaraguenses, a autorização de 19 milhões de dólares para a CIA para operações encobertas são mostras da ofensiva bélica posta em ação.

Isolamento internacional

No entanto, o governo Reagan sofre mais um revés. Em primeiro lugar, na Nicarágua assiste-se a uma mobilização sem precedentes do Exército Popular Sandinista e das milícias populares que redobram a vigilância revolucionária. A mobilização interna se conjuga com uma ofensiva internacional. A proposta de paz do presidente mexicano José Lopez Portillo apoiada por uma série de governos democráticos, pelo parlamento da Comunidade Econômica Européia, pela Internacional Socialista e por 106 membros do Congresso norte-americano, foi o primeiro golpe sério. A derrota da primeira apresentação da emenda Symms — que prevê a intervenção militar norte-americana em situações consideradas de emergência — foi o segundo golpe. A vitória da tese anti-intervencionista da Nicarágua no Conselho de Segurança da ONU por 12 votos a favor, duas abstenções e só um voto contra dos Estados Unidos, foi o terceiro golpe. E o conflito das Malvinas veio dar o xeque-mate ao primeiro plano de Reagan para a América Central.

A nova tática imperialista

A nova tática, iniciada pouco antes da nomeação de Shultz como chefe do Departamento de Estado, devia levar em conta três elementos. Primeiro, as crescentes dificuldades (ainda que não impossíveis de serem resolvidas) de intervenção direta por parte de tropas ianques devido à solidariedade de movimentos e governos progressistas ou revolucionários e às contradições internas da gestão de Reagan. Segundo, os efeitos da guerra das Malvinas que implicou na retirada progressiva do apoio militar argentino aos exércitos pró-norte-americanos da América Central; uma relativa ainda que crescente autonomização da política exterior da Venezuela com respeito à Washington — reforçada pela derrota eleitoral da Democracia Cristã em El Salvador e por exigências do processo pré-eleitoral na própria Venezuela; e a dificuldade de recorrer a OEA e ao TIAR como instrumento de agressão

diplomática e militar. Em terceiro lugar, a maior docilidade de governos centro-americanos aos ditames de Washington. A busca por parte de Rios Mont de uma nova imagem que o aproxime de Reagan e do reforço militar à Guatemala, o crescimento da dependência econômica-militar do governo salvadorenho por causa da guerra interna, a debilidade financeira do governo de Monge na Costa Rica que o expõe às pressões americanas e o acelerado processo de mudança no Panamá após a morte de Torrijos. Mas é a docilidade hondurenha que vai jogar um papel predominante. Sua situação geográfica, a profunda penetração norte-americana na economia a partir dos enclaves bananeiros, o fato de ter um governo "legitimado" por eleições e o fato de contar com forças militares e reforçadas após a guerra com El Salvador em 1969 tenderiam a converter Honduras na Israel da região.

Assim, após descartar um ataque a Cuba pelas repercussões que isto poderia ter junto ao bloco soviético, o caminho a seguir pareceu ser o de impulsionar de imediato a derrubada do governo sandinista. Os papéis se invertiam: em vez de acabar com o FMLN e a URGN enquanto se debilitava as sandinistas, se buscava agora acabar com a Frente Sandinista enquanto se debilitava a FMLN e a URGN para depois destruí-los.

Guerra aberta

A guerra contra a Nicarágua denunciada primeiramente em termos gerais pelo coordenador da Junta de Governo Daniel Ortega na ONU e completada posteriormente por distintas fontes seria baseada nas seguintes linhas: — agressões armadas pela fronteira norte e sul. A guarda somozista, com uma força calculada em seis mil homens, penetraria basicamente pelo noroeste e parcialmente pelo nordeste; o grupo miskito de aproximadamente dois mil homens, treinados em Honduras, penetraria pelo noroeste reivindicando parte da Costa Atlântica, as forças de Eden Pastora, calculadas em três mil homens, penetrariam pelo sul;

— sabotagens a pontos econômicos e militares realizados por comandos contra-revolucionários que operariam do interior da Nicarágua;

— criação de uma retaguarda tanto no norte como no sul. No norte através dos exércitos dos Estados Unidos e Honduras, mediante uma ampla operação executada por terra, mar e ar. Pelo sul, em Costa Rica, alegando problemas fronteiriços, buscando a presença na fronteira de forças internacionais;

— em caso de se liberar um território, formar uma Junta Provisória de governo, reconhecê-lo e o exército hondurenho amparado em tal tipo de legalidade e em denúncias sobre violação nicaraguense em seu território entraria em guerra.

Magros resultados

No dia 18 de março deste ano, cerca de 1.200 homens, sob o comando da Força Democrática Nicaraguense (FDN), entraram na Nicarágua através de Honduras e estabeleceram bases em Matagalpa e Jinotega. Logo após, Eden Pastora iniciava a sua ofensiva no sul a partir de Costa Rica. No dia 13 de maio, todos os grupos contra revolucionários firmaram um pacto, assinando uma declaração conjunta e propondo a criação de uma

do imperialismo na América Central



"A ação heróica dos irmãos caídos demonstra que continua sendo o povo de artesãos, de sapateiros e carpinteiros, dos trabalhadores do campo e da cidade, os que derramam o seu sangue pela Revolução". Comandante da Revolução, Humberto Ortega, tomado de Barricada, 3/10/82

frente comum contra o governo sandinista.

Em abril e maio, as unidades dos contra-revolucionários pareciam aprofundar a sua inserção em território nicaraguense e lograr êxitos parciais. Mas depois de algumas semanas, o ritmo das operações está claramente diminuído. Já no fim de junho, todos os combatentes avançados da FDN foram obrigados a recuar ao abrigo das colinas fronteiriças.

O caso de Jalapa é ilustrativo. A contra-revolução somozista lançou uma violenta ofensiva desde começo de junho contra a zona de Jalapa a 300 quilômetros ao norte de Manágua. A ofensiva se concentrou sobre a localidade de Teotecacinte, situada no vértice norte do município de Jalapa. Simultaneamente, 500 contra-revolucionários procuravam tomar posições em seis outros pontos estratégicos do município. Na noite de 20 de junho, as unidades militares somozistas se retiraram para evitar o choque com as tropas do Exército Popular Sandinista que os atacava a partir de três flancos.

Ao Sul, o bando comandado por Eden Pastora recuou logo após o desmantelamento do acampamento contra-revolucionário "Mata de Canã", próximo à localidade de San Carlos a 200 quilômetros ao sudeste de Manágua. Em maio passado, as tropas sandinistas causaram 81 baixas no grupo de Eden Pastora e a desmoralização e desorganização que tomou conta das fileiras os obrigou a desagregarem-se em pequenos grupos na montanha para evitar o combate frontal.

Incapacidade estrutural

Na verdade, os agrupamentos contra-revolucionários parecem ter uma incapacidade estrutural para sustentar por si só uma invasão da Nicarágua. Em primeiro lugar, há o problema da divisão. Mesmo no interior da guarda somozista, há problemas de hegemonia, tanto pela busca da chefia como pela canalização da ajuda econômica de Reagan. Por sua vez, o grupo de myskitos que foi transferido da Nicarágua para Honduras está dividido em duas correntes. Em segundo

lugar, o plano de terror fronteiriço contra simpatizantes sandinistas destinado a arrastar adeptos para a causa revolucionária tem tido geralmente um efeito contrário. O grau de selvageria demonstrado pelos somozistas criou na população a necessidade de se defender. Isso, unido aos efeitos que a reforma agrária sandinista teve na região, predispôs favoravelmente ao Governo de Reconstrução Nacional os habitantes do norte do país.

Além disso, o Exército Popular Sandinista parece ter mudado a sua estratégia defensiva. Em vez de estar situado excessivamente perto da fronteira, se internou alguns quilômetros permitindo uma maior concentração de efetivos e de poder de fogo. O que obriga os contra-revolucionários avançarem em território nicaraguense aumentando as possibilidades de não poderem voltar e dificulta os soldados hondurenos as provocações fronteiriças.

Rompido o equilíbrio salvadorenho

As dificuldades se complicam para a segunda tática do governo Reagan se observarmos as conjunturas vividas por El Salvador e Guatemala. O governo de Rios Montt, sem ter podido unificar plenamente o bloco do poder como o demonstram algumas tentativas recentes de golpe de Estado, conseguiu conter a URNG. Mas, ao que tudo indica, sem infligir golpes estratégicos na guerrilha e ao custo de uma tal onda repressiva sobre a população que é crescente o seu isolamento.

No entanto, é em El Salvador que a situação se revela mais crítica para o imperialismo. O confronto entre os diversos setores das classes dominantes tem se agudizado. Na cidade de Apaneca, departamento de Ahuachapán, houve uma séria tentativa de coordenar um verdadeiro golpe de unidade da direita. A confrontação chegou ao seio das forças armadas, avivando tensões relativamente encobertas. O ritmo da guerra, com alto custo de vidas para o exército, provocou

críticas de um setor militar contra a capacidade de direção do Estado Maior.

Sobre esta crise, se monta uma outra mais profunda provocada pelo avanço da guerrilha. A campanha "Heróis Revolucionários de outubro 82", que de fato se prolongou até dezembro do ano passado, marcou o princípio da ruptura no equilíbrio estratégico que até então haviam mantido os exércitos em luta. Existe hoje uma crescente coordenação guerrilheira das diversas frentes de guerra, um maior consenso sobre a forma de se fazer a guerra — corroborada na unidade no interior da FMLN — e uma maior força militar nas unidades especiais. A FMLN se encontra muito desenvolvida em Morazán, Chalatenango, San Vicente, Cerros de San Pedro, Guazapa e Jucuarán; se estendeu recentemente para o norte de San Miguel e ao norte da Union; alcança um maior controle sobre estradas importantes do país como a do litoral, a Panamericana e a Troncal do Norte e começa a fustigar importantes quartéis até mesmo na capital. A ofensiva política e militar da FMLN marca o ritmo da guerra.

As limitações do exército hondurenho

O exército hondurenho está composto por 20 mil homens e Washington converteu sua força aérea na mais poderosa da América Central. Forneceu a Honduras uma frota de 23 helicópteros, ajudou a formar uma esquadra de 35 caças, além de uma força de 24 bombardeiros Tropan. Além disso, começaram a se construir três aeroportos de grande capacidade que, de acordo com o vice-ministro de Relações Exteriores hondurenho, "poderão ser utilizados pelos Estados Unidos quando for necessário contrarrestar a ameaça aérea cubana na região".

Reforçado com moderno armamento israelense, o exército conta com pelo menos 150 assessores militares norte-americanos. Estes assessores têm buscado fortalecer os conhecimentos hondurenos em marinha e a aviação, as comunicações, as operações de paraquedismo e unidades especializadas em ações de selva com capacidade para travar lutas de agressão.

Se analisamos a capacidade do exército hondurenho, as possibilidades de triunfo em caso de agressão à Nicarágua são sumamente escassas. Tal é a opinião do tenente-coronel norte-americano John Buchanan, após uma análise militar feita ante a sub-comissão de Assuntos Interamericanos da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos. Buchanan, ganhador de medalhas de reconhecimento por sua participação no Vietnã, advertiu as dificuldades da força aérea hondurenha. Ao atacar a Nicarágua, encontraria poucos objetivos militares importantes. Além disso, encontraria um forte sistema nicaraguense de defesa anti-aérea. A consistência do armamento defensivo sandinista, em contraposição a sua possibilidade ofensiva, foi também assinalada pelo Ministro de Defesa Nicaraguense, Humberto Ortega.

Por outro lado, o ataque hondurenho por terra encontraria uma considerável força popular organizada em milícias, calculada segundo as fontes, em 50 mil pessoas, além dos 25 mil reservistas. Parte dos 20 mil homens do exército hondurenho teria que ficar em Honduras e não podendo descuidar da fronteira com El

Salvador ao redor da qual a FMLN tem demonstrado muita força. Por último, o fato de lutar em seu próprio país dotaria as forças armadas sandinistas de distintos tipos de apoio logístico por parte da população treinada em ações militares.

Assim, sem contar os problemas políticos, o tenente-coronel Buchanan concluiu o seu relato avaliando que seria uma temeridade para Honduras se lançar em uma guerra contra a Nicarágua.

A realidade da intervenção

Em resumo, a política externa norte-americana centrada na Nicarágua chegou a um impasse ao mesmo tempo em que a situação em El Salvador, com a ruptura do balanço estratégico em favor das forças revolucionárias, é francamente perigosa ao imperialismo.

Com efeito, em relação à Nicarágua, não parece viável que as forças somozistas ou neo-somozistas, agrupadas na FDN, possam infligir derrotas estratégicas à revolução sandinista. O exército hondurenho, dificultado em seu ataque terrestre pela força do Exército Popular nicaraguense e pelas milícias, e com grave risco no êxito de sua potente aviação devido a defesa anti-aérea revolucionária, tampouco parece ter possibilidades de derrubar o governo de Manágua. O apoio na retaguarda das forças norte-americanas tem alcance reduzido na medida em que o exército diretamente agressor (hondurenho ou somozista) não tem possibilidades de triunfar.

Resta o recurso à intervenção direta norte-americana mediada pela regionalização do conflito através da provocação de uma guerra entre Honduras e Nicarágua. Uma intervenção direta norte-americana enfrentaria sérios custos tanto pela situação interna norte-americana como pela legitimidade internacional da Nicarágua. Mas se é certo que uma intervenção traria grandes custos ao governo de Reagan, não são menos certos as dificuldades que uma vitória revolucionária em El Salvador igualmente acarretaria.

A situação tem amadurecido de tal maneira que a decisão do governo Reagan não pode aguardar muito. E este governo, que tem seguidamente ultrapassado os limites da selvageria e histeria bélica no plano internacional, parece com o envio do bloqueio naval à Nicarágua ter começado a se definir.

Ato de Solidariedade

Na terça-feira, dia 19 de julho, realizou-se na Cinelândia, Rio, um ato de solidariedade ao quarto aniversário da revolução sandinista.

O ato foi promovido pelo PT, PMDB, PDT, UNE, UMES, pela intersindical estadual e pela Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro.

Apesar da forte chuva que se abatia sobre a cidade desde o dia anterior, cerca de duas mil pessoas reuniram-se ao som do hino sandinista. O conteúdo principal dos oradores foi a condenação da intervenção imperialista na Nicarágua e em toda a América Central.

Presente ao ato esteve também o Cônsul da Nicarágua.

RIO GRANDE
DO SUL500 mil
cruzam os
braços
contra
a ditadura

Quinhentos mil trabalhadores em greve no estado. Dez mil na frente do Palácio Piratini. Uma greve contra a ditadura e o imperialismo. Um ensaio que abre novos horizontes na luta de classes no país.

Por Paulo Cezar da Rosa



A marcha dos operários de Canoas

Mais de 500 mil trabalhadores cruzaram os braços dia 21 no Rio Grande do Sul. A greve ocorreu nos principais centros do estado e empolgou os trabalhadores gaúchos. O maior índice de paralização registrado foi em Canoas, cidade do Vale dos Sinos, onde o reduzido número de ônibus que trafegou ou andava vazio ou levava em torno de três passageiros.

Nas demais cidades do Vale, o quadro foi similar, mas com índice menor de paralização. Já em Porto Alegre, o comércio fechou: 70% dos metalúrgicos aderiram, 90% da construção civil, 20% do vestuário, 80% de alimentação e bebidas e parte dos ônibus. No total, pararam cerca de 250 mil trabalhadores em Porto Alegre, o que fez a cidade viver uma quinta-feira ensolarada em clima de feriado nacional.

Os antecedentes da greve

Desde o início do ano, os setores de ponta do movimento sindical gaúcho vinham pondo na rua a questão da greve geral. No dia 19 de março, 10 mil trabalhadores se reuniram em Porto Alegre para protestar contra o pacote 2012. Dali saiu aprovada a proposta de greve geral. Recusada na Pró-CUT, o movimento sindical gaúcho nem por isso deixou de continuar trabalhando pela proposta. No dia 1º de Maio em Caxias, interior do estado, 15 mil trabalhadores aprovaram a idéia novamente e jogaram para o Enclat a tarefa de marcar uma data para sua realização. E nos encontros preparatórios ao Enclat já vinha sendo levantada a hipótese do Rio Grande do Sul ir à greve mesmo sem o resto do país.

A preparação do dia 21

Na terça-feira, em assembleia realizada no sindicato dos metalúrgicos de Canoas compareceram apenas 300 pessoas. Ao final, após uma série de intervenções que lamentavam o pequeno número de pessoas presentes, Paulo Renato Paim, presidente do Sindicato e coordenador da Comissão Estadual de Trabalhadores falava: "ninguém acreditava na proposta de greve geral quando ela foi colocada ainda no ano passado. Ninguém acreditava que íamos reunir 8 mil pessoas no dia 19 de março e reunimos 10 mil. Ninguém acreditava que íamos reunir dez mil pessoas, no dia 1º de Maio no interior do Estado e reunimos 15 mil. Ninguém acredita que nós vamos parar esta cidade depois de amanhã com estas 300 pessoas aqui e, depois de amanhã, nós vamos parar Canoas de ponta a ponta".

□ quadro nas demais cidades do estado não era diferente. Mas contavam a favor da greve dia 21 a crescente politização do movimento operário e a espontaneidade das massas. Em todas assembleias, o encarte sobre a greve

geral editado por esse jornal era disputado pelos trabalhadores. Os panfletos sobre a greve passavam de mão em mão. Nos bairros, os trabalhadores mais conscientes se apressavam em reunir para organizar a paralização.

Em todos lugares uma preocupação tomava conta dos militantes. Numa greve geral, a paralização dos transportes coletivos é essencial. E como parar quando os sindicatos da categoria são pelegos ou recém ganhos pela oposição como em Porto Alegre? A primeira idéia é a organização de piquetes, sempre necessários numa greve. A segunda é a utilização de métodos mais ousados como furar pneus e se necessário dar uma pedrada no vidro de um ônibus durante a madrugada. Com a primeira todos concordam, mas a segunda só foi utilizada pelos militantes petistas e pelos trabalhadores de bases.

O comando paralisado

No dia 20, com a notícia das prisões dos bancários e metroviários de São Paulo, a Comissão Estadual de Trabalhadores, com

excessão de Paulo Renato Paim e Ricardo Baldino da construção civil, se enfurrou na Assembléia Legislativa. Assim, a paralização no estado acabou passando por fora do comando estadual que, não conseguiu em nenhum momento centralizar o processo. Ausentes dos piquetes, amedrontados, a opinião dos dirigentes sindicais a respeito de quem segurou a greve acabou sendo expressa por Milton Motinni, diante de dez mil pessoas no centro da cidade. Crítico feroz e irresponsável das "tendências", o presidente do sindicato dos bancários declarou que finalmente havia compreendido a importância das correntes organizadas porque o que havia paralizado em Porto Alegre se devia a elas.

A expressão maior da incapacidade da Comissão Estadual de Trabalhadores de dirigir a greve se manifestou na concentração em Porto Alegre. Próximo ao meio dia, cerca de duas mil pessoas perambulavam no Largo. Militantes do jornal *Em Tempo e Hora do Povo* organizaram um ato improvisado diante da desorientação geral. Quando foi instalado o som, o HP tomou conta do microfone e

inscreveu para falar até um porta-voz do comitê central do MR-8. Chamada na Assembléia Legislativa para dirigir as manifestações, a Comissão Estadual se negava a se deslocar para o Largo "porque ainda não era meio-dia". Com a presença do Comando da Greve a partir do meio dia o quadro não mudou muito. Ficou claro apenas que as intervenções mais aplaudidas eram as que se manifestavam pela derrubada da ditadura e o não pagamento da dívida externa. Bastante aplaudida foi também uma intervenção que apontou a necessidade de uma greve geral por tempo indeterminado como única forma de cumprir estes objetivos.

A passeata de canoas

Desde as onze horas da manhã cerca de mil trabalhadores de Canoas e Esteio se dirigiam em passeata até Porto Alegre. Foram vinte e cinco quilômetros a pé tendo o coordenador da intersindical estadual a frente. A proposta de uma caminhada até o Palácio Piratini era do movimento dos desempregados e estava prevista para o dia 25. Com a greve, foi puxada para o dia 21 tendo seu trajeto liberado pela Brigada Militar.

Cansados de uma noite e uma manhã de piquetes e escaramuças com a polícia, a passeata foi chegar ao Palácio Piratini as 15:30. A Comissão Estadual, contra a vontade da maioria dos manifestantes que esperava ansiosa a chegada de Canoas, já havia se entrevistado com o governador Jair Soares e saía do Palácio quando Paulo Paim subiu no palanque. Pela primeira vez, os mais de dez mil trabalhadores pararam para ouvir e gritar unitariamente que trabalhador muito unido jamais será vencido.

Terminada sua falação encerrando o ato e ressaltando a vitória, Paim desmaia em cima do caminhão para logo depois estar de novo no meio da massa que se negava a ir embora e se tornava presa fácil para as dezenas de provocadores que tentaram várias vezes gerar um quebra-quebra.

Radicalizados, sabedores da sua força, os trabalhadores queriam mais que um simples atendimento do governador. Queriam uma resposta concreta a suas reivindicações e se mostravam dispostos a enfrentar a polícia se isso fosse necessário. E de novo, a Comissão Estadual em sua maior parte simplesmente abandonou os trabalhadores à sua sorte. A muito custo e falando em nome dela, os mesmos militantes de base que haviam conseguido parar a cidade e concentrado dez mil pessoas no centro conseguiram isolar os provocadores e organizar a dispersão do ato, extenuados e sonolentos, por fim, os militantes também foram se dirigindo às suas casas mas com um sorriso nos lábios e uma certeza: dia 21 foi bola na rede da ditadura.

A greve também no interior

Por Margaret Domeles

No interior do Rio Grande do Sul também houve paralisações parciais em muitos municípios, principalmente naqueles onde o PT está melhor organizado. Na Grande Porto Alegre, alguns municípios chegaram a superar as manifestações realizadas na própria capital como ocorreu em Canoas, onde a greve parou 90% das atividades do município.

Em Ijuí, houve uma manifestação reunindo duas mil pessoas. Os funcionários municipais aderiram totalmente à greve; 75% dos metalúrgicos pararam; 50% dos comerciários e 30% da construção civil. Em Pelotas, também foi total a adesão dos funcionários públicos municipais que pararam a Prefeitura e a Câmara Municipal. Pela manhã, os pelotenses conseguiram parar parcialmente os ônibus com piquetes.

Em Caxias do Sul, mais de 80% dos funcionários municipais aderiram à Greve. Foram feitos piquetes em algumas indústrias como a Marco Polo, Agrale e Randon e na empresa de ônibus que serve o município, a Expresso Caxiense, cujo piquete foi dissolvido pela polícia com gás lacrimogênio. Em Santa Maria, houve uma manifestação à tarde na frente da

Câmara Municipal.

No Vale dos Sinos, onde está a maior concentração operária do Estado, as três maiores cidades, Novo Hamburgo, São Leopoldo e Canoas, praticamente pararam. Em Novo Hamburgo, o comércio parou totalmente e chegaram a ser formados piquetes com 120 pessoas. O transporte também foi parcialmente paralizado e 50% das indústrias também pararam. Foi grande a repressão. Em São Leopoldo, a empresa de ônibus Real Rodovias que atende a região parou completamente pela manhã voltando a funcionar precariamente à tarde. O comércio parou 60%, pararam 40% das metalúrgicas e as indústrias de borracha.

Em Viamão os piquetes conseguiram parar completamente o transporte coletivo do município que à tarde foi socorrido por uma das empresas de ônibus de Porto Alegre, a Carris. Os funcionários municipais de Viamão também pararam completamente a exemplo dos outros grandes municípios do Estado e 95% da construção civil também aderiu a greve.

Em Guaíba parou a construção civil. Em Gravataí cerca de 300 pessoas em um piquete pararam os ônibus na ponte e houve um ato público.